



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



*Cristina Leles Silva*

**A constituição do sujeito numa psicose desencadeada na  
infância: entre traumas, arremedos e remendos.**

**UBERLÂNDIA**

**2011**

*Cristina Leles Silva*

**A constituição do sujeito numa psicose desencadeada na  
infância: entre traumas, arremedos e remendos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586c Silva, Cristina Leles, 1978-  
2011 A constituição do sujeito numa psicose desencadeada na infância: entre traumas, arremedos e remendos / Cristina Leles Silva. - 2011.  
94 f.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia aplicada - Teses. 3. Psicose - Teses. 4. Psicanálise - Teses. I. Paravidini, João Luiz Leitão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

---

*Cristina Leles Silva*

**A constituição do sujeito numa psicose desencadeada na  
infância: entre traumas, arremedos e remendos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): João Luiz Leitão Paravidini

**Banca Examinadora**  
Uberlândia, 23 de agosto de 2011

---

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini - UFU

---

Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra – UFMG

---

Prof. Dr. Fuad Kyrillos Neto - UFTM

---

Profa. Dra. Eliane Mara Silveira - UFU

**UBERLÂNDIA**  
**2011**

À Luísa, por me inventar *mãe*,  
Aos meus pais, por me inventarem *filha*,  
Ao Rafael, por me inventar *mulher*.

## Agradecimentos

Ao meu irmão querido, Rodrigo, por estar sempre perto.

Aos meus avós, tios, tias, primos e primas, pela família.

Ao João, por provocar inversões e acompanhar invenções.

À professora Eliane Mara Silveira, por me ajudar a aceitar o encontro com o Real.

Aos colegas do CAPSi, por compartilharem tais encontros.

Às amigas Claudia, Maura, Elaine e Maria Tereza, pelo cômico da vida.

À Christiane Moura, pela interlocução fraterna.

Às meninas da intersubjetividade, pelos capuchinos com incertezas.

À Maria Lúcia Castilho, pelo afeto.

A todos que, de alguma forma, me afetaram.

Agradeço, especialmente, à pequena Julia e sua família.

(...) E toda vez que falta luz,  
O invisível salta aos olhos.  
Ontem à noite eu conheci uma guria.  
Já era tarde, era quase dia.  
Era o princípio.  
Num precipício era o meu corpo que caía.  
Ontem à noite, a noite tava fria.  
Tudo queimava, nada aquecia.  
Ela apareceu, parecia tão sozinha...  
Parecia que era minha aquela solidão (...)

*(Piano Bar – Humberto Gessinger)*

## RESUMO

Neste trabalho pretendemos abordar a singularidade da constituição do sujeito numa psicose desencadeada no tempo da infância. Teremos três interlocutores: Julia (uma criança psicótica), Alice (personagem do conto *Alice no país das maravilhas*) e a abordagem lacaniana do sujeito e das psicoses. Com Julia, veremos como se dá o processo de constituição de um sujeito cuja psicose é desencadeada no tempo da infância. Para tal, teremos que considerar o fator temporal nesse processo. Consideraremos ainda o sujeito, em Freud e em Lacan, a partir das últimas formulações desses autores. Para além do sujeito do desejo e da linguagem, passaremos a considerar o sujeito da pulsão, do trauma e do gozo. Dialogando com a teorização lacaniana, realizaremos uma inversão de perspectiva na abordagem do sujeito na psicose: da psicose como estrutura de linguagem para a psicose como um modo de amarração singular dos três registros da experiência. Afirmaremos que essa inversão é fundamental para pensarmos a singularidade da constituição do sujeito. O sujeito passou a ser considerado, portanto, a partir do Simbólico (da linguagem), do Real (do gozo e da pulsão) e do Imaginário (do corpo-ego) como sendo essas três consistências. Concluiremos que, no campo de uma psicose desencadeada no tempo da infância, tem-se a constituição de um sujeito frágil, remendado que se sustenta numa espécie de arremedo de ego, cuja queda o lança em confronto com o gozo traumático. Ocupando o mesmo lugar de Alice, nos perdemos e nos produzimos enquanto sujeito-pesquisador.

Palavras-chave: constituição do sujeito; psicose; infância; psicanálise.



## ABSTRACT

The present research addresses the uniqueness of an individual who develops psychosis as a child. There are three interlocutors: Julia (a child who developed a psychotic disorder in childhood), Alice (a character from the Alice in Wonderland story) and Lacan's study of an individual and the individual's psychosis. Through Julia it is possible to understand how an individual, whose psychosis developed in childhood, is constituted. The time factor during the process is taken into account. The subject will be analyzed based on Freud and Lacan's theories. In addition to the topic of desire and language the concepts of drive, trauma and the pleasure principle are taken into account. Interacting with Lacan's theories the perspective that will be followed is that instead of psychosis constituting language, psychosis becomes a singular means of linking experiences. It will be argued that this inversion is fundamental in understanding how an individual is uniquely constituted. The individual is therefore understood Symbolically (through language), through Reality (the pleasure principle and drive) as well as through the Imaginary (the body-ego) and are consistent. Finally, when psychosis develops in childhood, it results in a fragile individual, sustained by a mended or patchwork ego. The individual is therefore confronted by traumatic pleasure principle thus finding her or himself in the situation of the character Alice, in Alice in Wonderland. In other words, the researcher loses self in the research process and reinvents the self as the subject-researcher.

**Keywords:** constitution of a subject/individual; psychosis; childhood, psychoanalysis.

## SUMÁRIO

<b>I – INTRODUÇÃO: ERA O PRINCÍPIO DE UM PRECIPÍCIO.....</b>	<b>11</b>
<b>II - DO SUJEITO .....</b>	<b>19</b>
2.1 – Do sujeito em Lacan e em Freud .....	19
2.2 – O sujeito em Lacan .....	20
2.3 – O <i>mais, ainda</i> de Lacan .....	24
2.4 – O sujeito em Freud .....	28
2.5 – O <i>Além</i> de Freud .....	30
2.6 – Julia e o traumático .....	41
<b>III – DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO .....</b>	<b>43</b>
3.1 – A lei da linguagem .....	46
3.2 – Dos tempos de estruturação do sujeito .....	49
3.3 – A estruturação do sujeito e a topologia do nó borromeano .....	56
<b>IV – DAS PSICOSES .....</b>	<b>63</b>
4.1 – Lacan e a psicose na primeira clínica .....	63
4.2 – Lacan e a psicose na segunda clínica .....	67
4.3 – Joyce, o <i>sinthoma</i> – paradigma da segunda clínica lacaniana .....	69
4.4 – A estabilização da psicose e a invenção do <i>sinthoma</i> .....	72
4.5 – As psicoses ordinárias ou, para uma clínica borromeana das psicoses .....	74
<b>V – AQUI, ALICE ENCONTRA JULIA: O ESPELHO EM ESTILHAÇOS, UM CORPO DEIXADO CAIR.....</b>	<b>78</b>
<b>VI – ENFIM... ENTRE TRAUMAS, ARREMEDIOS E REMENDOS, CONSTITUI-SE UM SUJEITO.....</b>	<b>82</b>
<b>VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>88</b>

## **I – INTRODUÇÃO: ERA O PRINCÍPIO DE UM PRECIPÍCIO.**

Alice estava começando a ficar cansada de estar sentada ao lado da irmã na ribanceira, e de não ter nada que fazer; espiara uma ou duas vezes o livro que estava lendo, mas não tinha figuras e nem diálogos, “e de que serve um livro”, pensou Alice, “sem figuras nem diálogos?”

Assim, refletia com seus botões (tanto quanto podia, porque o calor a fazia se sentir sonolenta e burra) se o prazer de fazer uma guirlanda de margaridas valeria o esforço de se levantar e colher as flores, quando de repente um Coelho Branco de olhos cor-de-rosa passou correndo por ela.

Não havia nada de tão extraordinário nisso; nem Alice achou assim tão esquisito ouvir o coelho dizer consigo mesmo: “Ai, ai! Ai, ai! Vou chegar atrasado demais!” (quando pensou sobre isso mais tarde, ocorreu-lhe que deveria ficar espantada, mas na hora tudo pareceu muito natural); mas quando viu o Coelho tirar um relógio do bolso do colete e olhar as horas, e depois sair em disparada, Alice se levantou num pulo, porque constatou subitamente que nunca tinha visto antes um coelho com bolso de colete, nem com relógio para tirar de lá, e, ardendo de curiosidade, correu pela campina atrás dele, ainda a tempo de vê-lo se meter a toda pressa numa grande toca de coelho debaixo da cerca.

No instante seguinte, lá estava Alice se enfiando na toca atrás dele, sem nem pensar de que jeito conseguiria sair depois (Carrol, 2002, p. 11).

Eu também estava um pouco entediada por ficar sentada na ribanceira lendo sempre os mesmos livros cheios de frases e construções que pouco me inquietava. Ainda assim, permanecia ali correndo o risco de despencar a qualquer momento. Estou me referindo às construções teóricas que me orientavam no trabalho com crianças autistas

e psicóticas que desenvolvo desde 2002 no CAPS da infância e adolescência de Uberlândia, até que me deparei com algo tão esquisito como um coelho com bolso de colete.

Era meados de julho de 2007, quando nos chega Julia, uma garotinha de 06 anos. Ela estava toda amarrada e gritando muito. A mãe nos relatou que Julia fora uma criança normal até a prisão do pai. A partir daí, ela parou de andar e começou a se debater violentamente contra o chão. Apesar da intensidade e violência das crises, Julia conseguia falar conosco, dizendo que não queria se separar da mãe e solicitando-nos que a segurássemos. “Não me deixem cair” - ela nos suplicava. Ficávamos atônitos, afásicos. Nada que lhe dizíamos ou que fazíamos parecia ter sentido. Sentíamos dores pelo corpo devido ao esforço para segurá-la.

Num primeiro momento, ficamos embaraçados com a questão diagnóstica: crise conversiva ou surto psicótico? Não nos havíamos deparado antes com nenhuma condição similar a essa: uma criança vive aparentemente normal até que um evento da realidade a lança em queda livre e ela começa a perder todas as habilidades supostamente adquiridas. Os gritos eram intensos demais, Julia sofre uma fissura no esôfago. As quedas eram muito violentas, Julia sofre um traumatismo craniano leve. Não, definitivamente não se tratava de uma conversão histérica. Encontrávamos sim diante de uma criança que estava enlouquecendo violentamente, e nós, não sabíamos o que fazer ou o que dizer.

Era possível uma criança, dessa idade, tornar-se louca? Estávamos acostumados com crianças que apresentavam impasses desde muito cedo ou com adolescentes que surtavam mais tarde. Mas com essa idade e com tantas habilidades, Julia nos embaraçava. Encontramos uma classificação nos manuais de psicopatologia: “psicoses da segunda infância”. Trata-se de quadros psicopatológicos considerados raros e

caracterizados por manifestações psicóticas que aparecem, por volta dos 5-6 anos, como condutas regressivas e numa “personalidade muito melhor estruturada que atingiu um grau nitidamente superior de maturação” (Marcelli, 1998, p.209). Esse quadro diferencia-se das psicoses precoces nas quais encontramos condutas de isolamento (desde antes de 1 ano), anomalias tônico-motoras, distúrbios de linguagem e das funções intelectuais e afetivas. Entretanto, encontrar esta classificação não nos ajudava em nada. Continuávamos sem saber o que dizer.

Fomos ao encontro do conto *Alice, no país das maravilhas* de Lewis Carrol que nos apaziguou e, embora continuássemos sem entender o que se passava com Julia, pudemos permanecer ao seu lado e construir um importante laço que seria fundamental para seu tratamento e para nossa vida. *Alice* nos possibilitou suportar o insuportável de Julia. Mas, continuávamos com uma questão: como poderíamos situar o enlouquecimento de Julia dentro da teoria que nos dava suporte? Ou seja, pensávamos a psicose na infância a partir da teoria lacaniana que aponta a forclusão do significante Nome-do-pai como mecanismo específico das psicoses. Mas se podíamos pensar, no caso de Julia, na forclusão do Nome-do-pai, o que a teria sustentado minimamente na vida até a prisão do pai? Não nos parecia suficiente permanecermos com essa argumentação. Resolvemos, portanto, inscrever essa questão no campo das ciências e iniciamos essa pesquisa que tinha como título: “as especificidades das psicoses na segunda infância”.

Por um trecho, a toca do coelho seguia na horizontal, como um túnel, depois se afundava de repente, tão de repente que Alice não teve um segundo para pensar em parar antes de se ver despencando num poço muito fundo.

Ou o poço era fundo, ou ela caía muito devagar, porque enquanto caía teve tempo de sobra para olhar à sua volta e imaginar o que iria acontecer em seguida. Primeiro, tentou olhar para baixo e ter uma idéia do que a esperava, mas estava escuro demais para se ver alguma coisa; depois olhou para as paredes do poço e reparou que estavam forradas de guarda-louças e estantes de livros; aqui e ali, viu mapas e figuras pendurados em pregos. Ao passar, tirou um pote de uma das prateleiras; o rótulo dizia “GELÉIA DE LARANJA”, mas para seu grande desapontamento estava vazio: como não queria soltar o pote por medo de matar alguém, deu um jeito de metê-lo num dos guarda-louças por que passou na queda (Carrol, 2002, p. 11-12).

Também para meu desapontamento, o pote estava vazio e pensar as especificidades das psicoses na segunda infância não me dizia nada. Aliás, o nada e o vazio me perseguiram durante toda a trajetória que percorri. Meu caminho foi marcado por inúmeras rupturas que me lançavam em queda livre e me descobri Alice. Tinha, portanto, duas interlocutoras: Julia e Alice. Aonde queria chegar? Não mais me importava.

“Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?”

“Depende bastante de para onde quer ir”, respondeu o Gato.

“Não me importa muito para onde”, disse Alice.

“Então não importa que caminho tome”, disse o Gato.

“Contando que eu chegue a *algum lugar*”, Alice acrescentou à guisa de explicação.

“Oh, isso você certamente vai conseguir”, afirmou o Gato, “desde que ande o bastante” (Carrol, 2002, p. 63).

Apesar de não saber onde queria chegar, encontro um caminho que me pareceu promissor: o método psicanalítico. Senti-me mais tranqüila, pois já estava habituada com esse caminho, como analista e analisante, mas ainda não o havia percorrido como pesquisadora. Como se daria isso? Para Elia (2000) toda pesquisa em psicanálise é clínica, pois implica que o pesquisador ocupe o lugar de analista e, portanto, de causa para o sujeito, mas também o lugar de analisante que exige uma posição de trabalho dentro de um campo transferencial.

Essa pesquisa trata-se, portanto, de um lugar de produção, não de um saber, mas de um sujeito, ou de vários. Seguindo as trilhas de Julia, pudemos pensar a constituição do sujeito numa psicose desencadeada no tempo da infância. Ocupando o mesmo lugar de Alice, no encontro com o real, produzimo-nos enquanto sujeito-pesquisador-analista-analisante.

A Lagarta e Alice ficaram olhando uma para outra algum tempo em silêncio. Finalmente a Lagarta tirou o narguilé da boca e se dirigiu a ela numa voz lânguida, sonolenta.

“Quem é *você*?” perguntou a Lagarta.

Não era um começo de conversa muito animador. Alice respondeu meio encabulada: “Eu... eu mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos sei quem eu *era* quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então.”

“Que quer dizer com isso?” esbravejou a Lagarta. “Explique-se”

“Receio não poder me explicar”, respondeu Alice, “porque eu não sou eu mesma, entende?”

“Não entendo”, disse a Lagarta.

“Receio não poder ser mais clara”, Alice respondeu com muita polidez, “pois eu mesma não consigo entender, para começar; e ser de tantos tamanhos diferentes num dia é muito perturbador.”

“Não é”, disse a Lagarta.

“Bem, talvez ainda não tenha descoberto isso”, disse Alice; “mas quando tiver de virar uma crisálida... vai acontecer um dia, sabe... e mais tarde uma borboleta, diria que vai achar isso um pouco esquisito, não vai?”

“Nem um pouquinho”, disse a Lagarta.

“Bem, talvez seus sentimentos sejam diferentes”, concordou Alice; “tudo que sei é que pra mim isso parece muito esquisito”

“Você!” desdenhou a Lagarta. “Quem é *you*?”

Várias questões foram se impondo nesse trabalho. No entanto, uma delas permaneceu como fio condutor: como podemos pensar a constituição do sujeito numa psicose? Ou mais especificamente: numa psicose desencadeada no tempo da infância? Durante nosso percurso, compreendemos que a psicose apresentada por Julia, que aqui denominaremos como psicose desencadeada na infância, diferencia-se das psicoses infantis, nas quais o sujeito se encontra em impasses mais radicais em seu processo de constituição, e das psicoses desencadeadas na vida adulta e na adolescência, em que o sujeito consegue alguma sustentação seja pela metáfora delirante ou pela invenção do *sinthoma*. Teremos, portanto, que considerar o fator temporal no processo de constituição do sujeito, o que será desenvolvido no segundo capítulo.

Outra questão tornou-se fundamental nesse trabalho, qual seja, a necessidade de realizarmos uma mudança de perspectiva na abordagem do sujeito na psicose. Essa necessidade se impôs à medida que nos encontramos com as últimas formulações de



Freud e de Lacan. Tornou-se crucial, portanto, invertermos a perspectiva: do sujeito do desejo e da linguagem passamos a considerar o sujeito da pulsão e do gozo. Por isso, no primeiro capítulo, faremos uma leitura da questão do sujeito em Freud e em Lacan tomando como ponto de vista as últimas elaborações desses autores. Com Freud, veremos como a elaboração do conceito de pulsão de morte promove uma abordagem do sujeito para além do inconsciente. Em Lacan, verificaremos que a virada de sua teorização, que acrescenta o gozo como marca do vivente, permite abordarmos o sujeito para além da estrutura da linguagem, promovendo um giro, uma inversão de perspectiva, na psicanálise e na clínica das psicoses.

Com Julia, pensaremos na constituição do sujeito na psicose considerando dois lados de uma mesma moeda: pela vertente edipiana e da castração, a psicose na infância pode ser vista como marcada por impasses nos tempos de estruturação do sujeito; pela perspectiva borromeana, pode ser tomada como um modo de amarração característico. Na primeira perspectiva, estamos no campo do universal e, na segunda, do singular. No campo do universal, tem-se a infância como tempo de definição da estrutura. No campo do singular, tem-se o modo como cada pequeno sujeito realiza a amarração dos três registros que o sustentarão na vida. Desse modo, o sujeito passará a ser considerado como sendo o sujeito da estrutura R.S.I.

Consideraremos ainda a abordagem lacaniana das psicoses em dois tempos: primeira e segunda clínica de Lacan. Na primeira, estaremos no campo da psicose como uma estrutura de linguagem marcada pela ausência da inscrição do significante Nome-do-pai. Na segunda, entraremos no campo da psicose como paradigma da constituição do sujeito. De uma estrutura deficitária ao estatuto originário do sujeito, realizaremos uma inversão de perspectiva na abordagem das psicoses.

O leitor desse trabalho deve ser advertido de que, percorrer a questão do sujeito numa psicose é algo um tanto esquisito, muitas vezes, perturbador, pelo menos na perspectiva de Alice, ou seja, de alguém que busca manter-se na lógica de uma suposta normalidade. Já, para aqueles que adotam a perspectiva da Lagarta, talvez não seja nem um pouquinho esquisito!

## II – DO SUJEITO.

Como já dissemos, o encontro com Julia nos causou embaraço, estranheza. Em primeiro lugar, pelo fato de ela ser uma menina aparentemente normal que brinca, estuda e gosta de festas e ser, ao mesmo tempo, violentamente louca. Lembramo-nos de um episódio em que Julia chega ao CAPSi trazida pela Corpo de Bombeiros toda amarrada numa maca de contenção, pois tivera uma “crise” na escola. Em um primeiro momento, ficamos com ela durante um tempo segurando-a, depois, lhe sugerimos ir brincar na piscina que começara a ser enchida, o que Julia aceita prontamente. Em seguida, brinca durante um bom tempo na piscina como qualquer outra criança faria. Em segundo lugar, o encontro com Julia nos impôs um questionamento no campo teórico: como podemos pensar a singularidade de sua constituição como sujeito? Vejamos como a concepção do sujeito em Freud e Lacan nos permite desenvolver esta questão.

### 2.1) Do sujeito em Lacan e em Freud.

A psicanálise realizou uma verdadeira subversão, ao colocar em questão o sujeito cartesiano, ao mesmo passo em que apresentou uma nova teoria da subjetividade (Fink, 1998). Onde Descartes escreve: “penso, logo, sou”, Lacan, a partir de Freud, reescreve: “penso onde não sou, logo, sou onde não penso”<sup>1</sup>. Assim, ao dar voz ao sujeito excluído pela racionalidade moderna, e ao apontar sua divisão, a psicanálise interroga sua substância e sua materialidade. Para além de sua relação com a consciência, o sujeito da psicanálise está entre linguagem e o gozo (Lacan) e, entre o inconsciente e a

---

<sup>1</sup> E como não citar Fernando Pessoa: “No mais íntimo do que pensei não fui eu” (Livro do Desassossego).

pulsão (Freud). Essa dupla determinação do sujeito nos será essencial para pensarmos a questão do sujeito na psicose.

Embora Freud não tenha elaborado explicitamente uma teoria sobre o sujeito, Lacan irá se esforçar em demonstrar que a obra freudiana tem como premissas o reconhecimento do inconsciente e a subjetivação do Isso. Tais premissas servirão de base para a elaboração lacaniana da questão do sujeito (Cabas, 2009).

De acordo com Cabas (2009), o sujeito da psicanálise tem seus fundamentos na tradição metafísica, isto é, a questão “o que sou?” de Santo Agostinho é uma autêntica pergunta de onde a psicanálise irá formular sua compreensão do sujeito como questão. Essa apreensão do sujeito se difere da metafísica de Descartes, para a qual o sujeito é o da certeza (*De cogitans, sum*) e da filosofia política que coloca o acento no Outro (nas relações de poder que perpassam a sociedade), ou seja, na filosofia política, a questão é colocada nas forças que o sobredeterminam e não nele próprio. O sujeito da psicanálise é uma questão, uma incerteza e um enigma.

Se, em Freud e Lacan, o sujeito é um entre, ou seja, está entre a linguagem e o gozo e entre o inconsciente e a pulsão, esses dois autores dedicaram os primeiros anos de seus estudos às vertentes do inconsciente e da linguagem. Será com o desenvolvimento da teoria da pulsão de morte, em 1920, que Freud irá se esforçar para reformular a dualidade pulsional do sujeito, concomitantemente, será, na última fase de seu ensino, que Lacan privilegiará o gozo como marca do vivente. Vejamos como cada um dos autores elabora a questão do sujeito, privilegiando a sua segunda dimensão.

## 2.2) O sujeito em Lacan.

Partindo da premissa de que o sujeito lacaniano é inapreensível, como poderíamos abordá-lo? Seguiremos a trilha de Fink (1998), apresentando o que o sujeito não é.

“O sujeito lacaniano não é o indivíduo ou o sujeito consciente da filosofia anglo-saxã” (Fink, 1998, p. 56). Não pode, portanto, ser confundido com o sujeito pensante da psicologia do ego, nem tampouco, com o “eu” constituído pelas identificações narcísicas. “Eu sou o filho amado de meus pais”, nada mais é do que um enunciado falso e necessário que o sujeito constrói para si mesmo e que o distancia de sua verdade, portanto, “o sujeito lacaniano não é o sujeito do enunciado” (op. cit, p.56). Fink acrescenta ainda que o “sujeito lacaniano não aparece em nenhum lugar no que é dito” (op. cit, p. 59), ou seja, o sujeito se manifesta no não-dizer que ocorre no ato da fala.

Esse sujeito não é algo ou alguém que tenha alguma substância permanente só aparecendo quando há alguma ocasião favorável. É efêmero e transitório. Em *Alice* temos a seguinte passagem:

Assim Alice começou a lhes contar suas aventuras desde o momento em que viu o Coelho Branco pela primeira vez. No começo aquilo a deixou um pouco nervosa – as duas criaturas estavam tão perto dela, uma de cada lado, e abriram tanto os olhos e as bocas -, mas à medida que contava ganhou coragem. Seus ouvintes ficaram imóveis até ela chegar à parte em que recitara “Está velho, Pai William” para a Lagarta e as palavras tinham saído todas diferentes; nesse ponto a Tartaruga Falsa respirou fundo e declarou: “Isso é muito curioso.”

“Eu diria que mais curioso não poderia ser”, disse o Grifo.

“Saiu tudo diferente”, a Tartaruga Falsa repetiu, pensativa. “Gostaria de ouvi-la recitando alguma coisa agora. Mande-a começar. “Olhou para o Grifo, como se achasse que ele tinha algum tipo de autoridade sobre Alice.

“Levante-se e recite ‘Esta é a voz do preguiçoso’”, ordenou o Grifo.

“Como as criaturas dão ordens à gente e nos fazem decorar lições!” pensou Alice.  
 “É como seu eu estivesse na escola neste momento.” Contudo, levantou-se e começou a recitar, mas tinha a cabeça tão cheia da Quadrilha da Lagosta que mal sabia o que estava dizendo, e as palavras saíram realmente muito esquisitas:

*Esta é a voz da Lagosta; eu a ouvi declarar:  
 “Você me torrou no forno e me deixou sapecar.”  
 Graciosa, elegante, com a fuça, e de través,  
 Dá laços, se abotoa e separa as pontas dos pés.  
 Quando a areia está seca, ela exulta como ninguém,  
 E fala de todo tipo de peixe com muito desdém.  
 Mas quando é maré cheia, e o tubarão se aproxima,  
 Ela perde a tramontana, e já não acha mais rima.*

“Isso é diferente de que eu costumava recitar quando criança” comentou o Grifo.

“Bem, eu nunca ouvi isso antes”, disse a Tartaruga Falsa; “mas parece um disparate descomunal.”

Alice não disse nada; sentara-se com a cabeça nas mãos, perguntando a si mesma se algum dia alguma coisa voltaria a acontecer de maneira natural.

“Gostaria que me explicasse isso”, pediu a Tartaruga Falsa.

“Ela não tem como explicar”, impacientou-se o Grifo (Carrol, 2002, p. 103).

Alice não tem como explicar aquilo que se insinua em sua fala à revelia de sua vontade, os versos lhe saem estranhos e disparatados. O sujeito tem existência, portanto, como furo no discurso, aparece quando Alice mal sabe aquilo que está dizendo.

Nesse sentido, Cabas (2009) aponta que o sujeito não é uma realidade material e concreta, ele emerge no encontro dialético com o Outro. O autor assinala ainda que a escrita do sujeito como S barrado representa a dimensão enigmática dele, o que significa que Lacan não realizou somente uma inversão do algoritmo saussuriano colocando o significado sob o significante, mas que ele foi mais além substituindo o *s* do significado

por um termo novo e estranho à linguística de Saussure, a saber, o sujeito barrado S/\$. Isso significa que a psicanálise descobre que não há significado propriamente dito no fim da cadeia:

O que há, em contrapartida, é uma questão, uma pergunta, um enigma. Sempre e em todos os casos. E é justamente a existência da questão, da pergunta ou do enigma o substrato efetivo sobre o qual se assenta isso que denominamos posição subjetiva (Cabas, 2009, p. 145).

De acordo com Cabas, o que funda o sujeito é, portanto, uma pergunta que se instaura a partir da repetição da exigência de satisfação pulsional. O sujeito aparece, desse modo, como um *ponto* de enodamento entre a pulsão e o inconsciente, “um ponto onde o real cruza com o simbólico” (Cabas, 2009, p. 224), donde se produz uma cristalização, uma fixação da posição subjetiva, ou seja, um modo de fixação frente ao gozo, o sujeito é, desse modo, o destino que é possível dar às pulsões.

Aqui extraímos a noção de que o sujeito, no ensino lacaniano, tem dupla determinação: a falta (simbólica) e a causa (real). Na versão da falta, o sujeito é efeito do significante, ou seja, é uma função no campo da linguagem. Do lado do real, “o sujeito se aloja no buraco cavado pela fonte pulsional” (Cabas, 2009, p. 189), sua causa é o objeto da pulsão na condição de objeto perdido, enquanto o nada, enfim, objeto a. Portanto, o sujeito, cuja *matéria* é o significante que o representa e cuja *causa* é a turbulência das demandas pulsionais, a saber, o real, é uma *função* que está, a todo o momento, em condições de operar

Para desenvolver a ideia da dupla determinação do sujeito, Lacan (1972-73/ 1985) introduz, no *Seminário, livro 20: Mais, ainda*, o termo *falasser* que “condensa o sujeito

do significante com a substância gozante” (Camargo, s/d). De acordo com Miller (1998), o termo falasser revela uma nova perspectiva em relação ao sujeito:

Essa perspectiva comporta colocar em questão o próprio termo sujeito, porque o sujeito é sempre um elemento mortificado; aliás, Lacan o definiu como falta-a-ser, e é por isso que ele faz entrar o corpo vivo na psicanálise. Ele substitui o termo sujeito por falasser, que é o contrário de falta-a-ser, é o sujeito mais o corpo, é o sujeito mais a substância gozante (Miller, 1998, p. 101).

Pode-se dizer que esse seminário é o marco representativo do início do último ensino lacaniano, o da fase do real, do gozo, dos nós e do sinthoma. Santos (2006) trabalha com a hipótese de que até o Seminário 20, Lacan pensava a constituição do sujeito pela vertente da sexuação masculina, ou seja, pela primazia do falo e que, a partir desse seminário, ele introduz a vertente feminina, a da primazia do gozo do Outro, ou seja, do excesso. Pensar a constituição do sujeito pela vertente feminina da sexuação parece-nos bastante promissor para elaborarmos essa questão no campo da psicose.

### 2.3) O *mais*, *ainda* de Lacan.

Lacan inicia o seminário 20 anunciando que o que constitui seu caminhar até aquele momento e o que mantém seu público ligado a ele é justamente o “não quero saber de nada disso”, ou seja, a posição do analisando de não querer saber nada de algo. Mas do que ele está falando? Que coisa é essa que move a ele e a seus ouvintes, mas que dela não querem saber? Logo em seguida, ele acrescenta: “o direito fala do que vou lhes falar – o gozo” (Lacan, 1972-73/1985, p. 10). No entanto, ele aponta que o gozo do direito está do lado do usufruto que significa que “podemos gozar de nossos meios, mas que



não devemos enxovalhá-los” (op. cit, p. 11), ou seja, não se trata aqui do mesmo gozo que Lacan quer tratar, pois a psicanálise não fala de um direito ao gozo, e sim, de um dever de gozar e “nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo do gozo – Goza!” (op. cit, p. 11). Aqui, ele faz uma afirmação: “o gozo do Outro, do Outro com A maiúsculo, do corpo do Outro que o simboliza, não é signo do amor”. Pronto. A alcova está desfeita. O que virá pela frente fere os ouvidos de qualquer romântico: “a relação sexual é impossível”. E ainda que o amor seja recíproco, ele é impotente diante dessa impossibilidade, pois ignora que o desejo de ser Um nos conduz ao impossível da relação entre os dois sexos. Aqui ele esboça uma disjunção entre a posição feminina e a masculina em relação ao gozo sexual. Vejamos: o gozo masculino é o gozo fálico correlato da castração que lhe impõe esse obstáculo necessário que é o falo, por isso, o homem não chega a gozar do corpo da mulher “precisamente porque o de que ele goza é do gozo do órgão” (op. cit, p. 15). Quanto ao lado feminino, nesse momento, podemos apenas ter algumas pistas: de que *A mulher* não existe e de que a mulher é não-toda inscrita na lógica fálica. E mais: que a mulher, como não-toda, só pode ser tomada uma a uma, completamente diferente do Um da fusão universal. Mas o que isso significa? E no que se relaciona com a constituição do sujeito? Continuemos seguindo os passos de Lacan.

No segundo capítulo, intitulado “A Jakobson”, Lacan esboça sua ruptura com a lingüística estrutural afirmando que sua formulação do inconsciente estruturado como linguagem não pertence a esse campo e sim ao do que ele chama de *linguisteria*. Deste modo, ele coloca a questão: o que é o significante? Afirmando em seguida: o significante deve ser estruturado em termos topológicos. Mas ainda insiste: O que é o significante? A esta questão ele responde:

Direi que o significante se situa no nível da substância gozante. [...] O significante é a causa do gozo. Sem o significante como abordar aquela parte do corpo? Como, sem o significante, centrar esse algo que, do gozo, é a causa material? Por mais desmanchado, por mais confuso que isto seja, é uma parte que, do corpo, é significada nesse depósito. Irei agora direto à causa final, final em todos os sentidos do termo. Nisso que ele é termo, o significante enquanto aquilo que faz alto ao gozo (Lacan, 1972-73/1985, p.36).

Com essa formulação do significante enquanto causa do gozo e enquanto aquilo que faz alto ao gozo, Lacan enlaça ao significante a substância gozante. O significante, então, é responsável por localizar o gozo em determinada parte do corpo, o que limita aquilo que excede, que não tem parada, ou seja, o gozo do Outro, ao mesmo tempo permite que o sujeito goze de parte do corpo do Outro. Aqui, Lacan relembra a formulação de Sade de que “só se pode gozar de uma parte do corpo do Outro, pela simples razão de que jamais se viu um corpo enrolar-se completamente, até incluí-lo e fagocitá-lo, em torno do corpo do Outro” (op. cit. p. 35). De acordo com Braunstein (2007), o significante, juntamente com as representações em Freud, tem o caráter de um sistema amortecedor do gozo impossível de manejar. Esse autor estabelece a distinção entre o gozo do ser (do Outro)<sup>2</sup> e o gozo fálico:

Esse gozo, conotado de castração, é o *gozo fálico* ou *gozo do significante* ou *gozo semiótico*, gozo *hors-corps* para distingui-lo dos outros, gozo do ser e gozo do Outro, que são gozos do corpo e,

---

<sup>2</sup> Braunstein sustenta a tese de que, embora o gozo do ser e o gozo do Outro estejam fora da linguagem, esses dois tipos de gozo podem ser diferenciados, sendo que o gozo do ser (da Coisa, mítico) seria pré-linguageiro e o gozo do Outro (feminino, inefável), pós-linguageiro. Apesar de não nos determos nessa distinção, achamos conveniente apontá-la.

portanto, gozos *hors-langage*, fora da palavra, inefáveis (Braunstein, 2007, p. 89).

Com Julia, podemos ter notícia desse gozo fora da linguagem. As crises de auto-agressividade, nas quais Julia se debate toda, nos permitem pensar o gozo do corpo como marcante nas psicoses. Um corpo descontrolado correlato de um gozo indizível e traumático. Por meio de mordidas, Julia crava na pele a impossibilidade de regular o gozo impossível de manejar.

Mas continuemos seguindo o texto lacaniano. Discorrendo sobre a função do escrito, Lacan afirma que a escrita tem função de fazer suplência ao não-todo sobre o qual repousa o gozo da mulher, ou seja, “tudo que é escrito parte do fato de que é impossível escrever como tal a relação sexual” (Lacan, 1972-73/1985, p. 49). A mulher não existe, pois não há significante que a represente. Enquanto o homem, não é mais que um significante. A relação sexual jamais poderá escrevê-la, pois é impossível contornar esse real da diferença entre os sexos. Real que a mulher inscrita como não-toda na lógica fálica tenta contornar com a construção de versões de si: o que é ser uma mulher? A mulher é sem identidade, não há significante para inscrevê-la numa norma. Daí um modo de gozo desregulado:

O gozo masculino é o que se dá pela via do Nome-do-pai, pela via das identificações secundárias, do supereu das interdições, da identificação ao todo – “ao menos um” fora da castração, então, “ todos submetidos à castração”, todos identificados ao pai morto. O outro modo de regulação do gozo, o modo feminino é o pântano da teorização lacaniana. O modo feminino de regular o gozo é o puro desregramento (Santos, 2006, p. 107).

É justamente esse pântano da teoria que pretendemos abordar: o gozo do Outro, correlato ao gozo feminino, é o gozo não fálico. Mas, como podemos nós, sujeitos inscritos na lógica fálica, falar desse gozo que nos é impossível, que nos excede? Como nos diz Lacan: “temos um horizonte estranho a ser qualificado”, um *mais, ainda*. Continuemos tentando. Mais uma pista nos é dada quando Lacan nos revela que a mulher como não toda inscrita na função fálica possui um gozo para além do falo, um gozo suplementar, um gozo a mais, que tanto ela quanto os místicos experimentam, mas que dele nada podem saber. Existem, portanto, dois lados nos quais o ser falante pode se inscrever: o do homem, do todo fálico, universal e o lado feminino, do não-todo, do um a um. Para cada lado, uma modalidade de gozo: no primeiro, o gozo fálico, linguageiro; no segundo, o gozo suplementar, fora da linguagem, mais além.

O que nos interessa destacar dessa formalização é a inversão de perspectiva que Lacan realiza a partir desse Seminário: até então, a lógica da psicanálise era a do todo: todos são castrados exceto um - o pai morto. Essa lógica aponta para a universalidade do sujeito edípico e para a primazia do Simbólico. A inversão acontece quando Lacan aprofunda a questão da feminilidade e cruza o impasse freudiano da clássica questão: o que quer uma mulher? Para responder ao enigma da sexualidade feminina, Lacan terá que considerar esse continente negro do gozo feminino, inefável, louco. (Santos, 2006). A vertente feminina da sexuação acentua a dimensão do Real na constituição do sujeito, de um mais além que o atravessa. Estando do lado da vertente feminina, podemos nos aproximar mais daquilo que se passa com essas crianças loucas.

#### 2.4) O sujeito em Freud.

Embora a expressão “sujeito” tenha aparecido raramente ao longo do texto freudiano, a noção de sujeito atravessa sua obra, em toda sua extensão (Cabas, 2009), estando

intrinsecamente articulada ao desejo inconsciente e ao circuito pulsional. De um lado, o sujeito é determinado pelo Inconsciente e, de outro, pelas exigências da pulsão. Do lado das determinações do Inconsciente, o sujeito é habitado pelo desejo, ou seja, por aquilo que o move, mas que permanece alheio à sua consciência. Nesse sentido, assumir o desejo inconsciente equivale a subjetivar-se, a encontrar-se com o “si mesmo”. Cabas (2009) afirma, desse modo, que “o desejo freudiano é um dos nomes do sujeito” (p. 39).

Será preciso que Freud avance na elaboração de sua teoria pulsional para se evidenciar o outro lado da moeda: o da exigência de trabalho contínua que a pulsão exerce sobre o sujeito. A partir dessa teoria, Freud estabelece a causa material do sujeito: a pulsão. Com fonte no órgão (somático), a pulsão exige continuamente sua inscrição no psiquismo:

Se abordarmos agora a vida psíquica do ponto de vista biológico a ‘pulsão’ nos aparecerá como conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo (Freud, 1915/2004, p. 148).

Se, por um lado, a pulsão exige um trabalho constante de inscrição de seu representante (simbólico) no psiquismo, por outro, nunca poderá se inscrever completamente, ou seja, haverá sempre um mais além que não cessa de não se inscrever. Essa dimensão da pulsão é melhor elaborada por Freud em “Além do princípio do prazer” de 1920, que marca uma ruptura conceitual na obra freudiana e acrescenta, definitivamente, a pulsão que governa o sujeito. A grande virada freudiana com a invenção da pulsão de morte consiste, portanto, em introduzir no campo do sujeito uma dimensão além da ordem presente nos sistemas inconsciente e pré-

consciente/consciente. Como afirma Garcia-Roza (2004), “A pulsão ocupa um outro lugar, situado além da ordem e da lei, além do inconsciente e da rede de significantes, além do princípio do prazer e do princípio da realidade, além da linguagem: é o lugar do acaso” (p. 127). Por privilegiar aquilo que determina o sujeito para além do princípio do prazer e das representações, será realizada uma leitura desse texto.

### 2.5) O *Além* de Freud.

Não bastassem os abalos que a obra freudiana promoveu na sociedade ocidental ao afirmar que o “eu não é senhor da própria morada” e assegurar a existência da sexualidade desde a mais pueril idade do homem, o inventor da psicanálise ainda será demoníaco, ao apontar, no final de sua obra, que “o objetivo de toda vida é a morte” (Freud, 1920/2006, p. 161). “Além do princípio do prazer” de 1920, marcará a introdução a uma reviravolta na metapsicologia freudiana quando postula o conceito de pulsão de morte e seus correlatos: a compulsão à repetição e o trauma. Impactado pelo pós-guerra e pela trágica situação da Áustria, Freud assumirá que, ao esbarrar numa curiosa ideia das pulsões, passou a escolher o tema da morte. Coerente com algumas correntes da filosofia alemã da época, especialmente com a de Schopenhauer, a originalidade da formulação freudiana se refere à construção de um novo dualismo pulsional: Eros e Tânatos (Roudinesco e Plon, 1998). Desse modo, o aparelho psíquico seria regido pela eterna exigência de conciliar vida e morte, criação e destruição, passividade e agressividade.

Freud inicia o texto assinalando a crença de que o aparelho psíquico é regido pelo princípio do prazer, ou seja, do ponto de vista econômico, a tendência do psiquismo seria manter “a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou pelo menos constante” (Freud, 1920/2006, p. 136). Desse modo, qualquer aumento de

excitabilidade seria sentido como desprazeroso pelo aparelho. Em seguida, Freud já afirma um dos propósitos de seu estudo:

Por outro lado, em rigor seria incorreto falar de um domínio do princípio do prazer sobre o curso dos processos psíquicos. Se esse domínio existisse, a imensa maioria de nossos processos psíquicos deveria ser acompanhada de prazer ou conduzir-nos ao prazer, entretanto a experiência mais comum está em flagrante contradição com esta conclusão (*op. cit.* p. 137).

Assim, Freud nos alerta de sermos obrigados a admitir que, embora boa parte da tendência do psiquismo seja manter o prazer, enquanto rebaixamento das excitações, há certa insistência de algumas circunstâncias que impedem que o princípio do prazer se imponha. De início, ele enumera duas circunstâncias que se opõem ao princípio do prazer já conhecidas e facilmente apoiadas na experiência analítica: o princípio da realidade e os mecanismos utilizados para preservação da unidade do Eu. Ambos os processos inibem o funcionamento do princípio do prazer e liberam as experiências de desprazer. O princípio da realidade teria a função de substituir o princípio do prazer a serviço das pulsões de conservação do Eu, já que uma das exigências para que o organismo se mantenha vivo é a postergação de uma satisfação imediata ou alucinada e a sua substituição pela modificação da realidade através do agir e do pensar<sup>3</sup>. No entanto, segundo o autor, a substituição do princípio do prazer pelo da realidade não seria responsável por todas as vivências de desprazer, ao contrário, esse processo é

---

<sup>3</sup> A distinção entre princípio do prazer e princípio da realidade é estabelecida por Freud em “Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico” de 1911.

responsável “por uma pequena parte dessas vivências e nem mesmo pelas mais intensas” (*op. cit.* p. 138).

Uma segunda fonte de liberação de desprazer, mencionada por Freud, tem origem nos conflitos e clivagens próprios do processo de desenvolvimento do Eu, ou seja, algumas pulsões perseguiriam metas ou aspirações que ameaçariam a unidade do Eu e que, por isso, sofreriam o processo de recalque. Todavia, a satisfação direta ou substitutiva de tais pulsões – especialmente as pulsões sexuais – por diversos desvios, ao contrário de ser sentida como prazer, provocará a sensação de desprazer ao Eu. Freud admite que os detalhes desse processo de recalque que transforma a possibilidade de prazer em fonte de desprazer ainda não foram muito bem compreendidos. De qualquer modo, o autor afirma que esses dois processos de inibição do princípio do prazer não são suficientes para se questionar o domínio desse princípio no funcionamento psíquico, já que tanto o princípio da realidade quanto o processo de recalque de pulsões intoleráveis estariam, no seu âmago, a serviço da imperiosa necessidade de obtenção de prazer. Mas então, o que colocaria à prova essa hegemonia tão bem sustentada clinicamente por Freud? O que estaria impelindo esse autor a escrever um *mais além*? Continuemos seguindo seus passos.

Freud continua sua investigação evocando duas situações de reação psíquica ao que ele chama de “perigo exterior”: as neuroses traumáticas e a brincadeira infantil (Fort Da). As neuroses traumáticas são descritas pelo autor como quadros clínicos semelhantes, em seus sintomas motores, aos quadros de histeria. No entanto, com índice de sofrimento subjetivo que supera o da histeria e com prejuízo mais amplo e geral no desempenho psíquico. Freud destaca que o peso principal da causação da neurose traumática parece estar relacionado ao fator surpresa, ao susto como ele define. Aqui,



consideramos importante retomar a diferenciação que o autor faz entre susto, medo e receio:

Susto [*Schreck*], receio [*Furcht*], medo [*Angst*] são usados injustamente como expressões sinônimas; podemos distingui-las de fato em sua relação com o perigo. Medo [*Angst*] denomina um certo estado, como o de expectativa diante do perigo e preparação para ele, mesmo que ele seja desconhecido; receio [*Furcht*] requer um objeto determinado do qual se tem medo [*Angst*]; susto [*Schreck*], porém, nomeia o estado em que se entra quando se corre perigo sem se estar preparado para ele, e acentua o fator surpresa (op. cit. p. 139).

O que podemos ler dessa diferenciação de Freud é que o medo e o receio parecem estar ligados a uma possibilidade de representação da energia psíquica enquanto o susto – relacionado à neurose traumática – remete a uma ausência de predisposição psíquica para a simbolização da ameaça de perigo externo. Dessa leitura, propomos uma associação entre a noção de susto e trauma, que será mais desenvolvida adiante.

A brincadeira infantil é investigada por Freud como um modo em que o aparelho psíquico opera no início de seu desenvolvimento. Ele observa as primeiras brincadeiras de seu neto de um ano e meio e destaca uma brincadeira que consiste em fazer desaparecer e reaparecer os objetos e que Freud chama de brincar de *fortsein*<sup>4</sup>. A cada vez que a criança lança o objeto para longe de sua visão e o faz desaparecer ela emite um sonoro e prolongado “o-o-o-o” que, segundo Freud, significa *fort* (foi-se) e quando o puxa para perto de si, o fazendo reaparecer, emite um alegre “da” (está aí). A criança repete esta brincadeira inúmeras vezes: desaparecimento e retorno. Para Freud, nessa

---

<sup>4</sup> O editor brasileiro traduz o termo por “*ter ido embora*” (HANS, 2006, p. 185).

brincadeira, a criança representa as ausências da mãe. Desse modo, ele lança a questão: “Como, então, conciliar com o princípio do prazer o fato de que a criança repete como brincadeira uma experiência dolorosa pra ela?” (op. cit. p. 142).

Freud esboça algumas explicações para essa tendência da criança em repetir, por meio da brincadeira, a experiência dolorosa da ausência da mãe. Em uma delas, ele supõe que tais tipos de brincadeiras podem estar relacionados a uma pulsão de apoderamento da experiência vivida de forma passiva pela criança: “Ela estava passiva, foi atingida pela vivência, e eis que se engaja em um papel ativo repetindo-a em uma brincadeira, apesar de ter sido desprazerosa” (op. cit. p. 142). Outra interpretação realizada por Freud é a de que a brincadeira pode ser a satisfação de um impulso de vingança dirigido contra a mãe: “É, vá embora, eu não preciso de você, eu mesmo te mando embora” (op. cit. p. 142). Mais adiante, Freud lança uma dúvida que, segundo nossa visão, já contém uma hipótese:

“Assim, fica-se na dúvida se o ímpeto de processar psiquicamente algo que para ela foi impressionante e de poder assenhorar-se totalmente desta vivência poderia ter-se manifestado como um evento primário e independente do princípio do prazer” (op. cit. p. 142).

Aqui, o que nos chama a atenção é o fato de Freud afirmar que a repetição Fort Da seria um ímpeto [*Drang*] de processar psiquicamente [*verarbeiten*] algo que foi impressionante para a criança. Apoiados pelas notas do tradutor brasileiro, vamos nos deter um pouco nessa hipótese.

Segundo Hans (2006), *Drang*, além de ímpeto, pode ser traduzido por “pressão”, “ânsia”, “intenso anseio” e, eventualmente, é sinônimo de pulsão [*Trieb*]. O sentido conotativo do termo é: “força que quer sair de dentro para fora; força impelente”

(HANS, 2006, p. 186). No idioma alemão, o termo refere-se à percepção de uma pressão ou incômodo somático e a um intenso anseio por imagens de alívio (psíquicas). Por isso, o termo remete à essência da noção de pulsão em Freud: ligação entre o psíquico e o somático. Desse modo, poderíamos compreender o ímpeto, mencionado por Freud, como uma força que se impõe ao aparelho psíquico exigindo um trabalho de *verarbeiten*. Este termo é traduzido por Hans como “processamento”, “elaboração”, “transformação”. O tradutor faz a seguinte observação:

Trata-se de um termo de suma importância para o processo de alteração e transformação do material psíquico, pois permite a remoção, a drenagem ou a dissolução da grande quantidade de energia que forma uma estase e torna a representação intolerável. Portanto, para *assenhorear*<sup>5</sup> de uma vivência, é preciso processar (quebrar, recombina, realocar) seus conteúdos representacionais, suas conexões e significações, de modo que a carga de investimentos nela depositada possa ser realocada (op. cit. p. 187).

Nesse sentido, fazemos a suposição de que a brincadeira infantil de desaparecimento e retorno, observada por Freud, estaria relacionada a uma *força* que impele o aparelho a elaborar a ausência-presença da mãe, ou seja, o Fort Da seria o protótipo dos jogos simbólicos dos quais a criança irá se assenhorar. No entanto, que estranha força é essa que se impõe ao sujeito? Continuemos seguindo Freud.

Em suas considerações, Freud ainda assinala que algo se apresentou durante os vinte e cinco anos de trabalho que o força a repensar a técnica psicanalítica, especialmente a arte de interpretação, ou seja, ele constata que a arte de decifrar o inconsciente ainda

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

não conhecido do doente nem sempre leva ao êxito terapêutico esperado “pois pode ocorrer que o doente não se lembre de tudo que está recalcado e que aquilo que lhe escape seja justamente o mais importante” (FREUD, 1920/2006, p. 144). Aqui ele acrescenta que o doente se vê *forçado a repetir* o recalcado como vivência do presente, e dá a esse processo o nome de “compulsão à repetição” [*Wiederholungszwang*]. Mais uma vez, vamos nos deter nas notas do tradutor brasileiro sobre este outro termo.

Hans traduz *Wiederholungsz-* por “repetição” e, quanto ao termo *zwang*, aponta que a tradução do termo em português por “compulsão” não atinge o significado do termo: “Em alemão o *Zwang* (“coerção”) ao qual o neurótico é submetido ressalta o conflito entre a vontade do neurótico e uma força avassaladora (*Zwang*) percebida como se fosse “externa” e “alheia” que se impõe ao sujeito” (HANS, 2006, p. 188). O tradutor assinala ainda que *Zwang* é eventualmente sinônimo de *Trieb* (pulsão) e *Drang* (pressão) mas com a seguinte diferenciação: “*Drang* expressa preferencialmente uma força interna que quer se expressar e manifestar (ânsia, afã), *Zwang* uma força externa que impele rumo a certa ação e *Trieb* uma força e motivação que coloca o sujeito em movimento” (op. cit. p. 188). O que nos interessa ressaltar, nessas notas do tradutor, é que o conceito de “compulsão à repetição” elaborado por Freud parece conter a ideia de algo que se impõe ao sujeito, de natureza interna ou externa, e que ele não reconhece como parte de si, ou seja, de suas próprias representações. Desta forma, mais uma vez, temos a noção de uma força estranha que opera na vida psíquica do sujeito à sua própria revelia.

Freud afirma, portanto, que as resistências que aparecem durante o trabalho analítico estão relacionadas a certa tendência do sujeito em repetir experiências que lhe teriam causado desprazer em momentos anteriores. O sentimento de inferioridade que teria origem no desabrochar da vida sexual infantil e a disposição na vida de alguns não-neuróticos em perseguir destinos malignos (algo visto como demoníaco) são também

dados por Freud como exemplos de tal tendência. Ele assinala, dessa forma, que a compulsão à repetição seria a manifestação do retorno do recaiado, mas que inclui o fato novo de que as experiências recalcaas em nenhum momento teriam proporcionado satisfações prazerosas. Freud estabelece, assim, a articulação fundamental entre a compulsão à repetição e um mais além do princípio do prazer:

“Ao levarmos em conta essas observações a respeito da transferência e a fatalidade presente no destino de tantos seres humanos, vemo-nos encorajados a assumir a hipótese de que realmente existe na vida psíquica uma compulsão à repetição [*Wiederholungszwang*] que ultrapassa o princípio do prazer” (FREUD, 1920/2006, p. 148).

Em seguida, nosso autor utiliza o célebre modelo da vesícula indiferenciada para exemplificar o funcionamento do aparelho psíquico em relação aos estímulos provenientes do mundo externo e interno. Segundo esse modelo, o organismo vivo funcionaria como uma vesícula indiferenciada de substância excitável em que a “superfície voltada para o mundo exterior, devido à sua própria localização, estaria diferenciada das outras partes, tendo também a função de órgão receptor de estímulos” (op. cit. p. 150). Por flutuar em meio a um mundo exterior carregado de energias de grande intensidade, essa vesícula viva deve possuir um escudo protetor contra estímulos para não ser aniquilada pela ação destes. Desta forma, a principal função do escudo protetor é a de saber sobre a direção e a natureza dos estímulos externos a fim de amenizar os efeitos destrutivos de energias superintensas que operam no mundo exterior. Logo abaixo desse escudo, forma-se uma camada com a função de receber as excitações vindas de fora. Segundo Freud, o sistema Consciente estaria situado nessa posição, entre o exterior e o interior, recebendo influência de ambos os lados:

“Do lado de fora ele está protegido pelo escudo protetor [Reizschtz], e, portanto, as quantidades de excitação que o atingem têm apenas um efeito reduzido; com relação ao seu interior, a situação é diversa, pois uma proteção contra estímulos internos é impossível, já que as excitações oriundas das camadas ainda mais profundas se transmitem diretamente a este sistema, sem sofrer nenhuma redução” (op. cit. p. 153).

O rompimento do escudo, por influência de forças externas, constituirá aquilo que Freud chama de traumático, ou seja, a ruptura da proteção do aparelho psíquico provoca o trauma, colocando o princípio do prazer fora de ação. Freud acrescenta que diante da inundação de excitações sobre aparelho, só resta, ao organismo, tentar lidar com o excesso de estímulos, capturando-o e enlaçando-o [*binden*] psiquicamente para poder então processá-lo. Mais uma vez, torna-se importante retomar as notas do tradutor brasileiro sobre o verbo *binden* que pode significar “enlaçar”, “amarrar”, “prender”, “atar”:

“A energia pulsional ou investimento pode enlaçar-se a uma função ou a uma imagem (representação); Freud emprega o termo em diversos contextos: para descrever aglomerados em que a energia pulsional está enlaçada ou “grudada” à finalidade pulsional, ao afeto e à imagem (representação); “enlaçados” formam uma unidade dotada de um sentido básico, bem como podem formar cadeias ou redes associativas, nas quais os elementos estão gebunden (amarrados entre si) e dotam de sentido mais complexo uma experiência. *Binden* também está envolvido no processo de fixação, por meio da repetição de experiências e do aumento de intensidade” (HANS, 2006, p. 184).

Essa nota nos permite pensar que o efeito traumático de uma experiência não se dá apenas pelo aumento da intensidade de energia no psiquismo, mas também pela impossibilidade de enlaçamento dela. Outro fator que Freud acrescenta ao traumático refere-se ao susto [*Shreck*] mencionado acima. Deste modo, o efeito traumático também está associado a uma ausência de prontidão para o medo, ou seja, o susto significa que “os sistemas não estão em condições de capturar e enlaçar [*binden*] os afluxos de excitação” (FREUD, 1920/2006, p. 155). Freud conclui que a ausência de capacidade do aparelho de processar os estímulos constitui a causa da neurose traumática.

Examinando os sonhos dessas neuroses, o autor afirma que são uma exceção à afirmação de que todo sonho é a manifestação do desejo. Eles revelam, dessa forma, um funcionamento do aparelho independente e *anterior* ao princípio do prazer. Aqui, sublinhamos o termo “anterior”, pois esse ponto de vista de que há um funcionamento psíquico anterior ao predomínio do princípio do prazer nos parece importante. Ele é reafirmado na passagem onde Freud questiona a ideia de que a função original do sonho seria afastar as causas que poderiam interromper o sono:

“O sonho só poderia assumir essa função depois que o conjunto da vida psíquica tivesse incorporado [*angenommen*] o domínio do princípio do prazer. Mas se existir um “além do princípio do prazer”, deduz-se que logicamente também devemos supor que exista um período anterior a essa tendência de realização de desejos” (op. cit. p 156).

Desse modo, a hipótese de Freud é a de que existem modos de funcionamento do aparelho diferenciados pelo domínio ou não do princípio do prazer, sendo que os sonhos traumáticos estariam muito mais a favor de uma captura e fixação psíquica das

impressões traumáticas do que da realização de desejos. Nessa hipótese, os sonhos traumáticos, assim como a compulsão à repetição e o Fort Da estão a favor desse “mais além” anterior. Dando continuidade à questão, Freud conclui que a tarefa de enlaçar e processar a energia que flui livremente é uma exigência que tem prioridade no funcionamento psíquico e que, por essa razão, opera independente do princípio do prazer. Essa exigência só pode ser correlata à existência de uma pulsão que tem como objetivo conduzir o organismo de volta ao estado anterior – inanimado. A tal pulsão, Freud finalmente dá o nome: pulsão de morte.

Aqui, Freud começa a caracterizar a referida pulsão como “uma força impelente [Drang] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior” (Freud, 1920/2006, p. 160). Esta seria, portanto, a natureza conservadora das pulsões. Mas, se todo objetivo da vida é a morte, como poderíamos pensar o desenvolvimento do psiquismo? Por que o organismo percorreria um longo e tortuoso caminho até a morte? Nesse ponto, evidencia-se o caráter paradoxal da pulsão: tendência de retorno ao inanimado e, simultaneamente, exigência de trabalho psíquico, ou seja, a pulsão acentua a hipótese de que o “organismo quer morrer à sua maneira” (op. cit. p. 162). Fortes (2004) descreve este caráter paradoxal da pulsão:

Há duas vias de compreensão desse conceito. A pulsão pode ser vista como excesso que permanentemente pressiona e perturba o psiquismo ou como tendência à descarga total causada pelo retorno ao inanimado. (...) Ao ser definida como excesso e como tentativa de descarga total, o que em princípio poderia parecer uma contradição, a pulsão se apresenta em sua dimensão paradoxal e aproxima vida e morte, cujas fronteiras, quando se pensa o sujeito inserido no campo da intensidade, são bastante tênues e delicadas (p. 84).



Para Freud há, por conseguinte, um ritmo alternado na vida dos organismos: um que impele para a morte e outro que, em oposição, tenta prolongar esse caminho pela exigência de trabalho. De acordo com Garcia-Roza (2004), este seria o novo dualismo pulsional apresentado por Freud em *Além do princípio do prazer*: as pulsões de autoconservação e pulsões sexuais unificadas sob a rubrica de *pulsões de vida* em oposição à *pulsão de morte* - Eros e Tânatos - . Esse é jogo que propicia a aparição do sujeito. Diante disso, podemos acentuar sua dupla determinação: de um lado, efeito de enlaçamentos e, de outro, pura pulsão.

#### 2.6) Julia e o traumático.

Em um dos atendimentos realizados, Julia nos pergunta sobre o motivo de ela ter ido para o CAPSi, ao lhe retornamos a questão, ela responde: “vim pra cá porque peguei um trauma quando meu pai foi preso”. Pedimos que ela explicasse melhor e ela diz: “minha mãe me contou que a polícia tinha colocado algema no meu pai e eu pensei que ela tinha falado gema e eu tenho nojo de gema de ovo”. Seguindo as pistas dadas por Julia, tentaremos pensar como a eclosão de sua psicose se associa à ideia de um trauma.

Como vimos, em Freud (1920/2006), o trauma refere-se a uma impossibilidade do aparelho psíquico em processar excesso de estímulos. Parece que o episódio da prisão do pai não pôde ser amarrado ou enlaçado numa cadeia associativa, numa imagem ou num afeto tornando-se, assim, um evento traumático para Julia. O trauma revela-se como aquilo que não pôde ser simbolizado ou processado psiquicamente. Num certo dia, Julia nos solicitou que lhe contássemos a história de um filme que ela ainda não havia visto, mas que estava com muita vontade de ver. Tratava-se do filme *Schrek II* que, coincidentemente ou não, significa susto em alemão e que Freud associa ao trauma.

Ao lhe narrarmos a parte em que o pai da princesa Fiona morre, Julia que nos ouvia atentamente lança-se ao chão e começa a se debater. Tal episódio, confirma nossa hipótese da eclosão da psicose estar relacionada ao *susto traumático* experimentado por Julia no episódio da prisão do pai.

Outro elemento que merece destaque é o deslizamento significante algema-gema de ovo, operado por Julia. Significantes que não podem se articular e que, por isso, nos remetem a um modo de funcionamento pré-linguagem, ao trauma de *alíngua*<sup>6</sup> real (Soler, 2009). Nesse sentido, Carvalho (2001), acrescenta que o trauma aparece do lado do acidental, não podendo contar-se numa estrutura simbólica, só pode ser descrito no encontro com o real: “Este encontro fala por si mesmo, não podendo ser interpretado. O sujeito não se deduz daí, a partir da cadeia significante, mas poderá emergir deste encontro como resposta do real” (p. 5). Diante disso, colocamos uma questão: no caso de Julia, como podemos pensar em sua constituição subjetiva para além da estrutura simbólica, ou seja, como podemos considerar o aspecto traumático e, portanto, o real, no seu processo de constituição subjetiva? Antes de respondermos tal questão teremos que retroceder um pouco para pensarmos sobre os tempos da constituição do sujeito referenciados pelo Édipo e pela castração. Daí, poderemos avançar.

---

<sup>6</sup> No capítulo III discorreremos sobre a tese de alíngua.

### III – DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.

Numa das sessões de atendimento realizadas com Julia, o pai e a mãe, ela nos diz que começou a ter crises quando, depois da prisão do pai, a mãe lhe dissera que iria embora e a deixaria. O pai interfere e diz: “então o enroscó está aí”. Destacamos o significante “enroscó” trazido pelo pai. Ele pode ter dois significados: no dicionário Aurélio, o verbo enroscar significa fazer um movimento em forma de rosca, portanto, um movimento de amarração, já na linguagem da pesca, o substantivo enroscó significa qualquer coisa que se prende à linha ou ao anzol no fundo da água, ou seja, significa um obstáculo, um problema. Seguindo o caminho que escolhemos, têm-se duas formas de entender o “enroscó” em que Julia está colocada: um movimento de amarração e/ou um obstáculo. Vejamos sua história dentro do drama familiar.

Cilmara, a mãe de Julia, conta que se engravidou da filha quando mantinha um caso com o pai da menina que já era casado e Cilmara trabalhava como empregada doméstica na casa dele. Cilmara diz que, devido a esta situação, tentou vários abortos no início da gravidez. No entanto, o pai de Julia resolve se separar da primeira mulher e casa-se com Cilmara, o que faz com que ela resolvesse manter a gravidez.

Cilmara conta ainda que é filha adotiva de um casal, sendo que seu pai adotivo a encontrou abandonada na varanda de uma fazenda, ainda recém-nascida, imersa em fezes, urina e cheia de picadas de inseto. Sobre seu abandono, ela diz que ficou sabendo que a mãe biológica tivera filhas gêmeas e que seu pai, um caminhoneiro que alegava não ter condições de criar duas filhas, disse que ela teria que abandonar uma das crianças. Assim, de acordo com seu relato, Cilmara foi preterida e abandonada pela mãe biológica. Sobre a mãe adotiva, Cilmara diz que a relação com ela sempre foi muito

difícil pois ela, ao mesmo tempo em que cuidava, constantemente lhe ameaçava de abandono.

Nos primeiros meses de atendimento, Julia gritava durante todo o tempo chamando pela mãe: “mamãe, não me abandone, não podemos nos separar nunca”, mesmo na presença materna. Seus gritos eram tão intensos que ela sofreu uma lesão no esôfago. A mãe oscila, durante todos esses anos, numa posição de queixa ou satisfação em relação ao que chama de Julia ser “grudada” nela, ou seja, ora ela diz em tom de satisfação “ela não me larga”, ora mostra-se irritada dizendo “não agüento mais isso”.

Em poucos momentos, Julia consegue ficar sem a presença física da mãe. Recordamos um episódio em que a mãe deixou Júlia na instituição e saiu. Nesse dia, ela ficou por um período, no portão da instituição “brincando de imaginar” que as pessoas que passavam pela rua eram a mãe. Em seguida, Julia cai e começa a se debater no chão. Em outros momentos, em que a mãe se ausentava da instituição, ela passava quase todo o tempo perguntando que horas eram, como se não conseguisse se situar no tempo e no espaço sem a mãe. Entre Julia e a mãe podemos verificar, portanto, um funcionamento “tudo ou nada”, ou se está grudada ou se é abandonada à própria sorte.

Depois da prisão do pai, Julia, a mãe e sua irmã mudaram-se para uma casa no mesmo quintal da casa da avó paterna de Julia. Segundo a mãe, a decisão de se mudarem para lá foi em virtude do fato de a família do pai achar que Cilmara não conseguiria cuidar sozinha das filhas. No entanto, mesmo depois da liberação do pai da prisão, a família continuou morando na casa dos avôs paternos. Nesse período, Julia insiste com os pais para voltar para a casa onde moravam antes de tudo acontecer. Ela também sempre está pedindo para que a mãe faça comida na própria casa já que, quase todos os dias, eles almoçam na casa da avó paterna. O que Julia solicita na verdade?

Talvez ela esteja pedindo que o pai e a mãe cuidem de sua própria família, assumindo os lugares que lhe cabem.

Em outra sessão em que estavam os pais e Julia, a mãe fala bastante sobre as brigas e as intromissões dos pais e de uma irmã do pai de Julia na educação que ela dá às filhas. Neste momento, o pai diz que já está cansado de tantas brigas e fala: “vou comprar um terreno pra construir nossa casa”. Julia sai pulando super contente pela sala de atendimento. O pai volta-se para as terapeutas que estavam na sala e pergunta: “você acham que isso vai fazer pararem as crises de Julia?”. As terapeutas dizem não terem uma resposta, mas acham que ele e a mãe de Julia devem resolver essa questão entre eles. O pai então vacila: “não sei se isso vai dar certo”. E Julia entra em crise tendo que ser contida fisicamente e acalmando-se somente quando o pai diz que vai sair para olhar terrenos para comprar.

Parece-nos que os pais de Julia não conseguem sustentar seus lugares de pai e mãe, estando sempre dependendo de outros para se manterem. Durante vários atendimentos, a mãe de Julia queixa-se da relação com o marido, chegando a dizer: “a gente nem parece marido e mulher”. A mãe não se vê como mulher e o marido como homem. O pai, por sua vez, não a toma como mulher, pois parece estar enroscado na dependência dos próprios pais.

Segundo Julien (2000), a parentalidade só pode se fundar na conjugalidade, ou seja, “a família de origem não deve ser fundada sobre a parentalidade, mas, ao inverso, é a conjugalidade de um homem e de uma mulher que funda a parentalidade” (p. 46). No entanto, os pais de Julia parecem não cumprir sua função parental pois *nem parecem* homem e mulher. As intervenções, ou melhor, as intromissões dos avós paternos de Julia parecem indicar que, nessa família, a lei do desejo, que permite abandonar pai e mãe para fazer aliança com um homem ou uma mulher vindo de alhures está impedida

de operar. Se a lei do desejo é inoperante, podemos encontrar enroscos/impasses no processo de constituição subjetiva. Veremos como esse processo é marcado pela linguagem.

### 3.1) A lei da linguagem.

Alice agarrou o bebê com certa dificuldade, pois a criaturinha tinha uma forma estranha, com braços e pernas esticados em todas as direções, “igualzinho a uma estrela-do-mar”, pensou Alice. O pobrezinho bufava como uma locomotiva quando ela o pegou, dobrando-se e se esticando sem parar, de tal modo que, por um ou dois minutos, tudo que ela conseguiu foi segurá-lo.

Assim que descobriu a maneira adequada de acalotá-lo (que era torcê-lo numa espécie de nó, depois agarrar firme sua orelha direita e o pé esquerdo, evitando que assim se desatasse), ela o levou para o ar livre. “Se eu não levar essa criança comigo”, pensou Alice, “com certeza vão matá-la qualquer dia desses: não seria um assassinato deixá-la para trás?” Disse estas últimas palavras em voz alta, e a criaturinha grunhiu em resposta (a essa altura parara de espirrar). “Pare de grunhir”, disse Alice; “não é em absoluto uma maneira apropriada de se expressar.”

O bebê grunhiu de novo, e Alice, muito inquieta examinou seu rosto para ver o que havia de errado com ele. Não havia a menor dúvida de que tinha um nariz muito arrebitado; além disso, os olhos eram um tanto miúdos para um bebê: no todo, Alice não gostou da aparência da criatura. “Mas talvez ele estivesse só soluçando”, pensou, e olhou de novo os olhos dele para ver se havia lágrimas.

Não, não havia lágrimas. “Se você vai virar um porco, meu querido”, disse Alice seriamente, “não vou mais querer saber de você. Preste atenção!” o coitadinho

soluçou de novo (ou grunhiu, era impossível distinguir), e os dois ficaram em silêncio por algum tempo.

Alice estava começando a pensar “E agora? Que vou fazer com esta criatura quando for para casa?” quando ele grunhiu de novo com tanta fúria que ela olhou para o seu rosto um tanto alarmada. Desta vez não havia engano possível: era nem mais nem menos que um porco, e lhe pareceu que seria totalmente absurdo continuar carregando-o (Carrol, 2002, p. 61).

Para se tornar sujeito, a criatura humana terá que se submeter a algumas renúncias: ao gozo (imposta pela proibição do incesto), ao objeto natural para satisfazer a necessidade (correlata da perda do instinto) e ao acesso direto ao real. Tais renúncias são impostas pela lei que rege a vida humana: a lei da linguagem. Nesse sentido, um porco jamais se tornará um bebê, pois não pode “aprender” que grunhir não é uma maneira adequada de se expressar, ou seja, “por la entrada en el universo simbólico que refracta el reino de lo natural enlazándolo a un nuevo orden, el cachorro humano nunca se alimentará de cualquier cosa y de cualquier manera” (Flesler, 2010, p. 26).

A condição humana está irremediavelmente separada da natureza animal a partir do corte que a linguagem produz no corpo do infans. Jerusalinsky (2008) utiliza a teoria da memória retomada por Freud e, em parte por Lacan, para compreender o que nos difere de outros mamíferos. Segundo ele, a memória dos animais é transmitida geneticamente e tem como principal meta a adaptação automática ao meio ambiente. Por isso, os macacos têm comportamentos adaptativos para a floresta, enquanto que os ursos polares têm comportamentos adaptativos para as calotas polares. Se tal adaptação automática traz uma vantagem ao mundo animal, já que não são necessárias escolas para se ensinar um urso polar a pescar, por outro lado, traz uma desvantagem: os animais não têm como

se adaptarem quando o meio ambiente muda bruscamente, dessa forma, um macaco não conseguirá sobreviver se for colocado numa calota polar.

No caso dos seres humanos, a memória adaptativa seria bem menos eficiente que a dos animais, ou seja, temos uma memória genética desprezível se comparada à de outros animais superiores. Assim, enquanto os 24 reflexos arcaicos com os quais nascemos desaparecem no final do primeiro ano de vida, nos macacos superiores, eles permanecem a vida toda como automatismos. Daí a necessidade de termos inventado uma outra memória: “essa memória principal dos humanos, o modo como nós acumulamos saber, está fora de nosso corpo e se chama discurso, está na linguagem. A linguagem é nossa principal memória” (Jerusalinsky, 2008, p.131). Essa é nossa vantagem: podemos nos adaptar em qualquer situação, pois partilhamos de um sistema de códigos que nos permite inventar modos de vida. Se não podemos voar, inventamos aviões. Se não podemos sobreviver em baixo d’ água, criamos submarinos.

Ocorre que essa memória que inventamos é arbitrária no que diz respeito à correspondência material das coisas. Vejamos: uma mãe com seu filho recém nascido aos prantos, logo que se esgotam todas as possibilidades de tentativa de satisfazer suas supostas necessidades, lhe embala e lhe e diz: agora você precisa do colinho da mamãe. Ela supõe que o choro pode ser fome, frio ou vontade de colinho. Não há correspondência direta, o choro pode significar qualquer coisa. O pequenino sente na pele que aquele objeto que lhe trouxe satisfação, o leite, também pode ser o cobertor, a voz da mãe ou o paninho de dormir. Portanto, não há objeto natural para a satisfação do desejo humano. A linguagem corta simbolicamente o corpo do infans e faz uma fenda, deixa um resto, uma falta. No lugar da ausência de um objeto para satisfação da necessidade, Lacan escreve o objeto *a* como representante daquilo que nos escapa e que



estamos sempre em busca (Nasio, 1993). O objeto *a* terá, nesse sentido, uma dupla função: como falta, será causa do desejo e, como mais de gozar, será objeto do gozo:

Cuando el objeto falta o está ausente, opera dando causa al deseo; en cambio, cuando está presente, es un plus de gozar que, em caso de mantenerse fijo, obtura, como un tapón, el sitio o hueco necesario para el engendramiento o promoción del movimiento deseante (Flesler, 2010, p. 31).

A alternância ausência-presença do objeto *a* permitirá a introdução de um intervalo recriando-se a falta no Simbólico, no Real e no Imaginário e dando lugar aos tempos de estruturação do sujeito. Aqui, temos uma formulação importante para nosso trabalho: o sujeito se estrutura em tempos. “Tempos de redistribuição dos gozos, de passagem da linguagem à palavra e à articulação em discurso, e tempos do narcisismo, da imagem do corpo e também do fantasma” (Flesler, 2008, p. 181). Faz-se necessário, então, que realizemos uma breve discussão sobre a questão do tempo na estruturação do sujeito.

### 3.2) Dos tempos da estruturação do sujeito.

Na psicanálise, a questão do tempo merece destaque, já que a noção freudiana da constituição e do funcionamento do aparelho psíquico interroga a noção de tempo no sentido de uma sucessão de eventos (Medeiros e Mariotto, 2006). Se Freud (1915/2006) inaugura uma nova temporalidade, ao estabelecer as características de funcionamento do Inconsciente: “ressaltaremos agora que os processos nesse sistema são *atemporais*, eles não são cronologicamente organizados, não são afetados pelo tempo decorrido e não tem nenhuma relação com o tempo” (p. 37), também estabelece que a relação com o

tempo – tal como a concebemos – está vinculada ao trabalho do sistema Consciente. Para a psicanálise, há duas dimensões temporais que se articulam dialeticamente:

... é preciso considerar que o funcionamento psíquico é operado na intersecção de dois tempos: um que indica a idéia de sucessão cronológica de eventos, dando a noção de passado, presente e futuro, numa ordem linear de acontecimentos – definida como o eixo da diacronia -, e o outro eixo que evoca uma concepção retroativa de inscrição de eventos, em que um primeiro acontecimento só terá efeito de significação a partir de um acontecimento posterior –a sincronia (Medeiros e Mariotto, 2006, p. 46).

A noção de um antes e depois assume, desse modo, uma temporalidade própria em que o que acontece antes só pode adquirir significação *a posteriori*. Essa ideia é retomada por Lacan em sua formulação acerca do tempo lógico. Para apresentar essa noção, ele utiliza, no texto *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada* de 1945, um sofisma apresentado a três prisioneiros pelo diretor da prisão que promete a liberdade a quem puder solucioná-lo. Cada prisioneiro terá que tirar rapidamente uma conclusão acerca de si a partir daquilo que vê e compreende dos outros. Com isso, Lacan afirma que o sujeito formula uma asserção sobre si somente na sua relação com os outros, o que exige três tempos: o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir.

O que podemos apreender dessa noção lacaniana é que a constituição do sujeito transcorre numa lógica temporal tripartida na qual cada uma das três instâncias do tempo “se realiza na passagem à seguinte, até que a última as absorve e precipita o sujeito numa asserção sobre si, que é sempre antecipada” (Bernardino, 2004, p. 49).

A partir dos três tempos lógicos formulados por Lacan, Bernardino (2004) propõe situar três momentos-chave no processo de estruturação subjetiva: **o instante do olhar** – primeiro momento da inscrição, marcado pelo olhar do Outro primordial e pelo entrecruzamento do simbólico e do imaginário que possibilita o estádio do espelho; **o tempo para compreender** – segundo momento caracterizado pelo acesso à operação do Fort!Da! e pela instalação do sujeito no campo Simbólico a partir da inscrição do Nome-do-pai e de sua metáfora, tempo do Édipo e da latência; **o momento de concluir** – terceiro tempo de inscrição do significante, de escolha do *sinthoma* que introduz o sujeito na adolescência. A autora propõe que, entre um tempo e outro, pode haver paradas e indefinições que colocariam o pequeno sujeito em impasses quanto ao seu lugar de *fallasser*.

Outra proposta de escansão dos tempos do sujeito é realizada por Petri (2008). A autora propõe a escansão da infância em três tempos referenciados pela castração e pela experiência de gozo: “um tempo preparatório, anterior ao Édipo; o atravessamento edípico propriamente dito, implicando a operação da castração; e um pós-édipo, tomado pela tentativa do sujeito de compreender o que se passou” (p. 65). Em relação ao gozo, propõe que “antes da castração, a criança está às voltas com o gozo do Outro; a partir de sua incidência, alcança o gozo fálico possibilitado pela linguagem; e, na latência, tem-se como alternativa o gozo do sentido” (p.65). Seguiremos a proposta dessa autora, percorrendo esses tempos.

No primeiro tempo, a “**criança pequena**” faz-se objeto de gozo do Outro materno, ou seja, o corpo do infans sutura a falta materna. No entanto, se esse Outro estiver atravessado pela castração, a criança começará a vivenciar a dialética ausência-presença, primeira irrupção do real, trauma que levará a criança a se identificar imaginariamente com o falo. Nas palavras de Petri:

A criança, devido a sua dependência dos objetos que a mãe oferece ou não, passa então a se fazer falo da mãe, na tentativa de resolver o impasse que se impõe, obturando assim essa primeira brecha através da qual o real é vislumbrado. A criança presta-se ao jogo do engodo por uma questão de sobrevivência: identificando-se ao falo, reconstitui o Outro, mantendo-o completo, ainda que ao preço de, com tal manobra, manter-se alienada a ele (Petri, 2008, p, 67).

Nesse momento, a criança começa a ter notícia da falta do Outro, mas esforça-se para não assumi-la por completo. Para Lacan, trata-se do momento de a criança “escolher” ser ou não ser o falo, equivalente do significante paterno no plano imaginário. No entanto, os esforços desse pequeno ser, em se colocar nesse lugar mítico de objeto do Desejo materno terão pouco sucesso, e ele terá que se confrontar com a intervenção eficaz e efetiva do pai real, portador de uma proibição (Lacan, 1957-58/1999, p. 193).

Trata-se do segundo tempo, **da criança edípica**, inserida na dialética da castração (Petri, 2007). Aqui, a falta aparece como fato e, ao pai real, é atribuída a função de suporte dessa constatação. No entanto, essa constatação só pode existir se, antes, a função simbólica do pai tiver se inscrito no desejo materno, dito de outro modo, se a mãe, atravessada pela castração, desejar o pai enquanto homem – aquele que tem aquilo que lhe falta. Nas palavras de Lacan: ‘... o pai se afirma em sua presença privadora como aquele que é o suporte da lei, e isso não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei’ (Lacan, 1957-58/1999, p. 200). Aqui, a criança terá que renunciar ao gozo do ser e do corpo para deslizar no gozo do significante, da linguagem.

O terceiro tempo, de acordo com Petri (2008), trata-se do tempo do sentido, de se compreender o que se passou e de constatar a insuficiência do Outro, tempo em que “... a criança faz a constatação de que o saber atribuído ao pai, a partir da operação de castração, não permite apreender o gozo da mãe (Petri, 2008, p. 73)”. Aqui “**a criança da latência**” passa a incluir o social como substituto do Outro primordial, se aventurando nas descobertas e invenções da cultura e da civilização.

Flesler (2010) articula os tempos do Édipo freudiano e os tempos lógicos de Lacan para propor seis tempos do sujeito. Para cada tempo, há o predomínio de um dos registros. O **primeiro tempo** (predomínio do Imaginário) trata-se do tempo de ser ou não ser o falo, ou seja, de identificar-se imaginariamente com o objeto de desejo do Outro. Neste tempo, o infans conta com poucos recursos simbólicos para enlaçar o Real e o Imaginário. O tempo de ser ou não ser o falo se estenderá até o surgimento do primeiro despertar sexual (**segundo tempo**), ou seja, até o tempo em que o infans descobrirá a castração materna. Flesler (2010) acrescenta que este tempo equivale ao instante de ver formulado por Lacan, instante de desvelamento do real da castração: “Lo que el niño vê, es la castración en el Otro primordial y ello se produce porque el niño hace un descubrimiento. Algo cubierto en el tiempo anterior, se descubre” (p. 74). Há, nesse segundo tempo, o predomínio do Real.

O **terceiro tempo**, formulado pela autora, é correlato da perda da ilusão de ser o falo do Outro, o que coloca o sujeito na segunda dialética significante: ser ou ter o falo (predomínio do imaginário). Trata-se do tempo da separação do desejo dos pais. Esses deverão legitimar a posição do sujeito: ou se é o falo, o que reafirma o lugar ocupado pelo sujeito no primeiro tempo, ou se passa a tê-lo. Essa última posição produz um corte e a redistribuição do gozo que deverão ser sustentados pelo Outro. Se isso acontecer, iniciar-se-á o **quarto tempo**: o de compreender, que corresponde à latência em Freud,

de se buscar saber como ascender a novos modos de gozo, sendo um tempo de predomínio do Simbólico. Flesler (2010) acentua que:

En el tiempo de comprender, el juego cambia radicalmente. Cambian los juegos, predominan los juegos de reglas. Es interesante la pregunta: que se juega em los juegos de reglas? Se juega a << qué es lo que se puede y qué es lo que no se puede hacer>>, com el goce (p. 78).

Tais questões permanecerão até que o sujeito se depare, mais uma vez, com o segundo despertar sexual. Trata-se do **quinto tempo**, da metamorfose da puberdade. Tempo de reencontro com o real e da irrupção pulsional que reabre os orifícios do corpo e lança o sujeito a um novo drama: saber fazer com o sexo e com a autoridade. Esse tempo permitirá a passagem ao momento de concluir (**sexto tempo**), “tempo definitivo<sup>7</sup> da estrutura que coincide com a amarração do fantasma articulador do desejo do sujeito” (Flesler, 2008, p. 183). Nesse último tempo, não há predomínio de um dos registros, mas sim, a articulação entre os três.

As propostas de escansão dos tempos do sujeito, aqui apresentadas, têm como intuito acentuar a ideia de que o sujeito se estrutura em tempos e que eles são lógicos e não cronológicos, ou seja, não há uma evolução continua e progressiva de um tempo ao outro, mas sim, uma passagem de um tempo já antecipado que se atualiza num tempo futuro e que depende de encontros e desencontros do sujeito com o Outro. Deste modo, os tempos aqui apresentados não devem ser compreendidos como fases do

---

<sup>7</sup> A autora denomina esse tempo de *definitório* e não *definitivo* por considerar que falar em fantasma definitivo implica fechamento completo da estrutura do fantasma.

desenvolvimento, e sim, como tempos de recriação da falta que promovem a constituição do sujeito desejante.

Podemos concluir que Julia encontra impasses, enrosco nesses tempos. Durante longo período, ela pergunta insistentemente: “que horas são”? De modo que, passamos boa parte do tempo mostrando-lhe os ponteiros do relógio. Mas o tempo imaginário não lhe faz sentido, não lhe apazigua. Julia está detida noutra tempo.

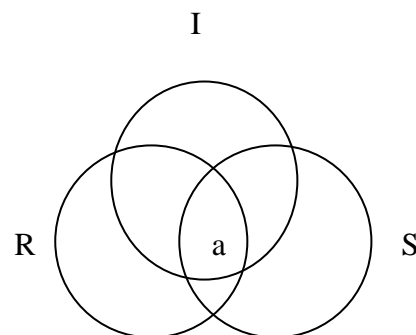
A identificação imaginária com o falo materno a mantém alienada ao desejo do Outro. Esse tempo trata-se do tempo de *ser ou não ser* o falo e de vislumbrar, ainda que por uma pequena brecha, o real da castração. Nesse tempo, há o predomínio dos registros imaginário e real, sendo que o sujeito conta com poucos recursos simbólicos para enlaçá-los (Flesler, 2010). Seria necessária a intervenção eficaz e efetiva do pai real (Lacan 1957-58/1999) para que Julia pudesse inserir-se na dialética *ser ou ter* o falo. Tempo da castração, do Édipo e da inscrição da metáfora paterna. No entanto, veremos, mais adiante, que o pai de Julia não pode fazer essa intervenção de modo tão efetivo, o que impede que Julia tenha acesso à lei do desejo.

Até esse ponto do nosso trabalho, podemos localizar alguns impasses e enrosco no processo de constituição subjetiva de Julia. Mas, até aqui, consideramos a constituição do sujeito tomados pela vertente do Édipo e, por consequência, da inscrição da metáfora paterna. Para pensarmos a singularidade da constituição subjetiva de Julia, teremos que avançar, ir além da perspectiva edipiana. Essa outra perspectiva se apresenta na última fase do ensino de Lacan, trata-se da perspectiva borromeana na qual sujeito é o sujeito da estrutura R.S.I. É necessário, portanto, pensarmos o enrosco na sua outra significação: como um movimento de amarração característico.

### 3.3) A estruturação do sujeito e a topologia do nó borromeano.

Lacan utiliza a topologia borromeana, nos últimos anos de seu ensino (década de 70), para tratar a questão do sujeito para além da linguagem. A topologia dos nós visa alcançar o impossível de se apreender do Real, deslocando a psicanálise do campo do deciframento do inconsciente para o do ciframento do gozo (Guerra, 2007).

A topologia é um ramo da geometria para o qual não interessa a função da medida mas sim, a ligação entre os elementos que compõem uma determinada superfície. Lacan se detém especificamente sobre a topologia do nó borromeano (de três e quatro aros) para dar conta da imbricação dos três registros da experiência (Real, Simbólico e Imaginário). O nó borromeano é formado por três aros independentes que se articulam e se sustentam entre si por uma amarração característica em que basta que se desarticule qualquer um dos aros para que se desfça a amarração entre os três: “a definição do nó borromeano parte de três. É, a saber, que se de três vocês rompem um dos anéis, eles ficam livres todos os três, ou seja, os dois outros se soltam” (Lacan, 1974/75). Desse modo, só há amarração se houver o entrecruzamento entre Real, Simbólico e Imaginário. No *Seminário R.S.I*, Lacan define o nó borromeano como uma escritura que suporta um Real, ou seja, o nó se sustenta pelo fato das duas rodela serem atravessadas pelo Real.





Lacan (1975-76/2007) acrescenta, ainda, que o nó não pode ser encarado como um modelo ou uma representação, pois sua geometria é interdita ao imaginário. Deste modo, Real, Simbólico e Imaginário consistem apenas pela ligação que estabelecem entre si sendo que “a consistência destas três rodela se suporta pelo Real” (Lacan, 1974/75, p. 10).

De acordo com Guerra *et al.* (2008), no nó a três, as rodela estão superpostas e não entrecruzadas sendo que se for solta uma delas as demais se desatam. Além disso, elas estão enodadas de forma que duas estejam livres e fazem existir um buraco. A autora acentua que é o fato de duas rodela estarem livres uma da outra que se suporta a *ex-sistência* de uma terceira, especialmente a do Real em relação ao Simbólico e Imaginário. No *Seminário 23 – O Sinthoma*, Lacan acentua:

Do fato de que dois estejam livres um do outro – trata-se da própria definição do nó borromeano -, que sustenta a *ex-sistência* do terceiro e, especialmente, daquela do real em relação à liberdade do imaginário e do simbólico. Ao sistir [sistir] fora do imaginário e do simbólico, o real colide, movendo-se especialmente em algo da ordem da limitação. A partir do momento em que ele está borromeamente enodado aos outros dois, estes lhe resistem. Isso quer dizer que o real só tem *ex-sistência* ao encontrar, pelo simbólico e pelo imaginário, a retenção (Lacan, 1975-76/2007, p. 79).

No mesmo sentido, Harari (2002) acrescenta que é a intervenção de um terceiro aro que “passando de maneira sucessiva por dentro e por fora dos dois aros iniciais, permite uma relação triádica tal que não pode ser reduzida a um agrupamento realizado e

sustentado a pares” (p. 33). Assim, para que o nó se faça é necessário o entrecruzamento entre Real, Simbólico e Imaginário.

De acordo com Vorcaro (2004), Lacan utiliza o nó borromeano como suporte para dar conta da constituição do sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito faz-se no enlaçamento de um organismo irreduzível (dimensão Real), uma posição significativa (dimensão Simbólica) e uma consistência ideal (dimensão Imaginária):

Diferentemente do que as coordenadas cartesianas propõem, a topologia do nó borromeo mostra outra maneira de operar com o espaço habitado pelo sujeito, implicando uma geometria tridimensional, cujos pontos se determinam pela cunhagem de três círculos vazados, enganchados e inseparáveis, destacando a combinatória das relações que presidem a realidade psíquica (Vorcaro, 2004, p.68).

A partir da escritura do nó, “pode-se inferir sobre a constituição e as vicissitudes da ex-sistência do sujeito” (Souza, 2002, p. 10). Nesse sentido, pode-se afirmar que a constituição do sujeito requer o entrecruzamento dos três registros. No entanto, ainda no *Seminário R.S.I*, Lacan introduz a ideia de que para manter os três registros atados é necessária a presença da ação suplementar de um quarto aro:

Colocarei, se posso assim dizer, este ano a questão de saber se, quanto àquilo de que se trata, a saber, o atamento do Imaginário, do Simbólico e do Real, é preciso, essa ação suplementar em suma de um toro a mais, aquele cuja consistência seria de referir-se à *função dita do Pai*<sup>8</sup>(Lacan, 1974/75, p. 32).

---

<sup>8</sup> Grifo nosso.

Neste momento do ensino lacaniano, a função do Pai é a de manter atados os registros. De acordo com Souza (2002), a noção do Pai em Lacan sofreu vários desdobramentos indo desde uma concepção religiosa de dar suporte à ordem simbólica, passando pela noção da metáfora paterna como o substituto do desejo da mãe até sua vertente científica na qual ele passa a utilizar os “nomes do pai” como suplência à inexistência da relação sexual. Nesse percurso, o significante Nome do Pai se pluraliza sob a forma de versões do pai, o que significa que, para cada um, há algo que faz a função de Nome do Pai, ou seja, cada sujeito se singulariza de maneira única. Segundo Machado (2003):

Esta argumentação pode ser verificada no Seminário *RSI* onde Lacan vai se referir ao Nome do Pai no real, no simbólico e no imaginário, retirando do simbólico o privilégio de comportar o Nome do Pai no seu aspecto funcional, ou seja, como elemento que cria um enlaçamento do sujeito com o mundo. Seria por este aspecto, e não como significante, que o Nome do Pai equivale ao sintoma – como uma forma particular de cada sujeito estabelecer para si uma maneira de estar no mundo, um modo de gozo, uma suplência à falta de objeto e de complementaridade entre os sexos (p. 12).

De acordo com Zenoni (2007), o percurso lacaniano sobre a questão do pai parte do pai no singular como Nome-do-pai, com a função de sustentação da ordem simbólica e como portador da interdição, até sua multiplicação em Nomes-do-pai, com uma “*função de nó*, que múltiplos substantivos – inclusive o próprio pai - podem desempenhar” (Zenoni, 2007, p. 21). A noção de Pai, no último ensino de Lacan, aparece como uma “maneira de ligar os três registros – real, simbólico e imaginário -, que cada pai realiza

como homem em relação a uma mulher e que decorre da maneira particular pela qual um pai pode suprir uma não relação sexual” (op. cit. p. 15).

Desde os primeiros encontros com Julia, somos tomados por uma questão: o que fez com que essa menina pudesse ter uma vida aparentemente “normal” até sua chegada ao CAPSi? Ou melhor, o que diferencia seu quadro dos quadros mais freqüentes de psicose na infância nos quais podemos identificar atrasos no desenvolvimento e comprometimentos de linguagem, desde muito cedo?

O que podemos constatar é que, segundo relato da família, até o momento da prisão do pai, Júlia se sustentava minimamente na vida. A partir desse episódio, Júlia cai<sup>9</sup>, não podendo mais manter-se de pé. Fazemos uma suposição de que um dos aspectos que marcam a singularidade desse caso é a questão da função dita do pai como elemento constitutivo do sujeito.

O pai de Julia é um homem presente, no entanto, com pouca voz. Quando convocado a participar dos atendimentos ele comparece, mas quase não se posiciona. Em vários atendimentos, Julia se dirige a ele solicitando: “pai, fala alguma coisa, você não fala nada”. O pai quase sempre lhe devolve apenas um tímido sorriso. Certa vez, ela nos disse: “eu pergunto para o meu pai o que devo fazer para conseguir ficar sem minha mãe, mas ele só dá uma dicazinha”.

Assim podemos supor que, embora o pai esteja presente na vida de Julia e esta sempre lhe solicite uma palavra, sua palavra é fraca, é uma *palavrinha* que não retira Julia do lugar de objeto de gozo da mãe. Julia depende da presença real do pai para que a função do pai se sustente. Lembremos que Julia cai quando o pai é preso. Por isso, somente a tese da forclusão do Nome-do-pai não parece ser suficiente quando

---

<sup>9</sup> Este é o termo usado pela família para se referir às crises de Julia.

abordamos esse caso. Para pensarmos essa questão, encontramos respaldo na última fase do ensino de Lacan (1974/1975):

Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o-dito amor, o-dito respeito, estiver vocês não vão acreditar em suas orelhas, pèrvertidamente orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno a que causa seu desejo, mas o que essa mulher em pequeno acolhe, se posso me exprimir assim, nada tem a ver na questão. Do que ela se ocupa, são outros objetos pequeno a que são as crianças junto a quem o pai então intervém (p. 23).

Para realizar a função de pai, o pai deve fazer de uma mulher seu objeto a, o que significa que o pai deve colocar o gozo feminino como enigma, a partir do qual há que se inventar uma versão. Se, no caso de Júlia, há a forclusão do significante Nome-do-pai no simbólico, ao mesmo tempo, também há uma versão do pai, ainda que uma *versãozinha* que quase não sustenta Julia na vida. Embora tenha voltado a andar, quando está mais desarticulada, Júlia manca de uma perna, ou seja, sua versão em direção ao pai é capenga.

Nossa aposta é que lhe foi possível a construção mínima dos três registros da realidade: o real (que aparece sob a forma das estereotípias), o imaginário (sob a forma da imagem do corpo) e o simbólico (sob a forma da linguagem). Acreditamos ainda que tais registros foram superpostos permitindo uma amarração característica do nó de três, em que o desatamento de um dos anéis permitiu que os outros se tornassem livres. Aqui, a “dicazinha do pai” fez uma função de suplência à fragilidade do nó, no entanto, como vimos, essa função foi pouco efetiva, pois não manteve atados os registros, deixando a pequena Julia completamente desatada.

Outro elemento que sempre nos chamou a atenção é o fato de as crises de Julia serem marcadas por quedas. Já no início de suas crises, Julia perde a sustentação de seu próprio corpo, ficando um bom tempo sem andar e depois, mesmo tendo voltado, caindo – significante usado pela família – nos momentos de crise. Aqui, outra questão é levantada: o que nos revelam as quedas de Julia e sua particular relação com o corpo?

Além disso, o que significa o fato de Julia, no início do acompanhamento no CAPSi, solicitar que a amarrássemos como havia sido feito numa internação realizada num hospital? Ou seja, durante algum tempo, Julia pedia para ser amarrada com ataduras ou que a segurássemos com toda força possível. Ela dizia: “segurem aqui com força”, apontando partes do corpo como punhos e pernas e se, por alguma razão, isso lhe fosse recusado, Julia se debatia violentamente contra o chão.

Seguindo nossa hipótese, acreditamos que a carência da função paterna não mantém atados os registros real, simbólico e imaginário. Vejamos: a queda de Julia parece revelar a queda ou desatamento do próprio registro imaginário, ou seja, de seu corpo como imagem, lhe restando a violência do corpo como real. O recurso à topologia do nó borromeano nos permite, portanto, verificar aquilo que Julia nos pede: o “me amarra” de Julia pode ser traduzido, de acordo com uma leitura borromeana, por uma súplica de enodamento dos registros.

Se Lacan recorre à topologia dos nós como tentativa de apreender o singular de cada sujeito e Alice tenta acalantar seu bebê-porco tentando fazer dele um nó, acreditamos que utilizar a topologia do nó borremeano para pensar a constituição do sujeito nos permite apreender o singular de cada caso. Nesse recurso, não se trata apenas de verificar a ausência ou presença do Nome do Pai como significante que situa o sujeito do lado da neurose ou da psicose, mas, antes, de apreender os diferentes modos de amarrações possíveis para um sujeito, psicótico ou não.

#### IV– DAS PSICOSES

Sabemos que Lacan realizou um importante retorno ao texto freudiano como fundamento para fazer avançar a psicanálise. Neste empreendimento, ele retomou a compreensão freudiana das neuroses, utilizando-a como suporte para sua elaboração acerca das psicoses. No entanto, ele foi mais além de Freud criando, ao modo de um artista, sua própria formulação sobre as psicoses colocando-as definitivamente no campo da teoria e da clínica psicanalítica. Neste capítulo, pretendemos seguir o percurso lacaniano na sua abordagem sobre as psicoses, dividindo-o em dois momentos: década de 50 (primeira clínica) e década de 70 (segunda clínica). Todavia, estamos advertidos de que tal divisão é meramente didática já que seu ensino é marcado por “circunvoluções em torno dos conceitos freudianos fundamentais da psicanálise” (Guerra, 2007, p. 25). Por último, faremos algumas considerações sobre a concepção das psicoses ordinárias estabelecida por Miller (2003), por entendermos que tal conceituação nos permite abordar as psicoses pela perspectiva borromeana.

##### 4.1) Lacan e a psicose na primeira clínica.

A primeira fase do ensino lacaniano é reconhecida como a fase da primazia do Simbólico, na qual ele, ancorado no estruturalismo, defende a tese de que o inconsciente é estruturado como linguagem (Lacan, 1957/1998). Esse é o período marcado pela universalidade da estrutura edipiana e de seu correlato, a instauração da metáfora paterna, como fundamentos da constituição do sujeito. Sujeito de linguagem, dividido, efeito da relação entre significantes. Temos, nesse momento da teorização lacaniana, a hegemonia da função paterna, “é com ela que o sujeito se ordena, se constitui, se identifica, se organiza e, com isso, organiza seu corpo e o laço social” (Santos, 2006, p.

43). Lacan cria, por conseguinte, o conceito Nome-do-pai como significante que inscreve a metáfora paterna, como uma necessidade da cadeia significante:

Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de algum modo dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia significante (Lacan, 1958/1999, p. 187).

Nesse campo, as estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão) são modos de ordenamento do sujeito em relação à inscrição, ou não, do significante Nome-do-pai como garantidor da metáfora paterna e da significação fálica. Tais estruturas são definidas como estruturas de linguagem.

No *Seminário 3 – As psicoses de 1955-56*, Lacan traduz o termo *Verwerfung*, empregado inicialmente por Freud como um mecanismo de rejeição da castração, por *forclusão* como um mecanismo específico da psicose que consiste na não inscrição do significante Nome-do-pai no Simbólico, banindo o sujeito das leis da linguagem:

Em todo o caso, é impossível desconhecer, na fenomenologia da psicose, a originalidade do significante como tal. O que há de tangível no fenômeno de tudo o que se desenrola na psicose é que se trata da abordagem pelo sujeito de um significante como tal, e da impossibilidade dessa abordagem (Lacan, 1955-56/1988, p. 360).



Como resultado da inoperância desse significante, o sujeito psicótico fica à mercê do gozo do Outro sendo invadido e perseguido por ele. Em seu delírio, Schreber transforma-se na mulher de um Deus que gozará de seu corpo com o objetivo de procriar uma nova raça de homens. O Outro do psicótico é absoluto e onipotente visto não ser barrado pela lei paterna.

Ainda como efeito da forclusão do Nome-do-pai, a psicose será marcada por distúrbios de linguagem (Lacan, 1988). Tais distúrbios, presentes no delírio e na alucinação, podem ser identificados por meio dos neologismos, frases interrompidas ou dos vazios de significação, enfim, “na psicose, palavra e coisa se confundem; as palavras ganham substância, textura, tornam-se coisas que afetam, invadem o corpo” (Lacan, 2004, p. 248). Trata-se da não inscrição do sujeito na significação fálica que possibilita que compartilhem o sentido.

A forclusão do Nome-do-pai no Simbólico tem como efeito o retorno desse significante no Real. Em 1958, no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, Lacan escreve:

Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, forcluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito.

É a falta do Nome-do-pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante (Lacan, 1958/1998, p. 584).

Nesse ponto do ensino lacaniano, o desencadeamento da psicose está atrelado ao apelo ao Nome-do-pai e sua estabilização à construção da metáfora delirante. Lacan destaca que a psicose de Schreber é desencadeada quando assume o cargo de presidente de um Tribunal de Apelação, posição que corresponde simbolicamente à função do pai. Já a construção da “metáfora delirante *Mulher de Deus* vem, então, suprir o furo no simbólico correspondente à forclusão do Nome-do-pai” (Quinet, 2009, p.23). A metáfora delirante do psicótico corresponde ao fracasso da metáfora paterna nessa estrutura.

O que vale destacar dessa fase do ensino de Lacan é que a psicose é considerada a partir da neurose, ou seja, a primeira seria uma estrutura deficitária em relação à segunda. Tal concepção tem como referência a estrutura edipiana e a primazia do falo como balizas da constituição do sujeito. Deste modo, se há a inscrição do Nome-do-pai e instauração da metáfora paterna, estamos no campo da neurose, se não há, trata-se da psicose. A psicose é entendida, nessa perspectiva, como um fracasso na travessia da epopéia edipiana. Harari (2006) resume esse período:

Dito de outro modo, o percurso lacaniano iniciado nos anos 1930 não só reformula, em seu desenvolvimento, os achados freudianos, como também os ordena: é preciso o pai para que haja em seu lugar a função fálica, ou seja, a função paterna é correlata à função fálica. Essa correlação só é possível quando o complexo de Édipo e o complexo de castração retroagem sobre a teoria da psicose (p. 28).

Será, a partir da década de 70, que Lacan iniciará uma virada conceitual avançando do campo da linguagem para o campo do gozo. Chegando a afirmar que a função do Pai

não passa de um mito freudiano, propõe pensarmos a subjetividade para além da estrutura dos mitos. Vejamos.

#### 4.2) Lacan e a psicose na segunda clínica.

Antes de abordarmos a psicose na segunda clínica lacaniana, torna-se importante apresentarmos brevemente algumas mudanças de perspectiva no ensino de Lacan, situadas nos anos 70, que lhe possibilitaram tomar o escritor James Joyce como paradigma dessa segunda clínica.

Embora não seja possível delimitar o momento exato da inversão de perspectiva realizada por Lacan, temos o *Seminário 20 – Mais, ainda* como referência dessa virada (Machado, 2003). No referido seminário, Lacan inverte a posição originária da linguagem na constituição do sujeito colocando-a como secundária a *alíngua*:

*Alíngua* nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de *alíngua*, que já estão lá como saber, vão além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar (Lacan, 1972-73/1985, p. 190)

*Alíngua* é anterior à linguagem, é plasticidade e não estrutura, não se endereça ao Outro, é a fala antes de seu ordenamento gramatical e lexográfico, é veículo de gozo. Lacan (1972-73/1985) afirma que a linguagem é apenas aquilo que o discurso científico elabora para dar conta de *alíngua*. O que podemos apreender, como importante consequência dessa elaboração lacaniana, é o questionamento do próprio conceito de estrutura como elemento transcendental: “a estrutura não está mais protegida, isolada,

ela é uma resposta à desordem originária que a condiciona, sendo ela mesma um efeito, um arranjo realizado sobre essa desordem” (Guerra, 2007, p. 77). Desta forma, tal conceituação lacaniana coloca a dimensão do gozo fora do campo da linguagem, ou seja, “aonde isso fala, isso goza, e nada sabe” (Lacan, 1972-73/1985, p. 142).

Aqui, torna-se interessante realizar algumas considerações sobre a mudança da noção de gozo realizada nesse período, como efeito da tese de *alíngua*. De acordo com Leite (s/d), até o Seminário 20, o gozo, em Lacan, aparece no encontro dialético com o Outro, numa referência à linguagem. Nesse Seminário, Lacan anuncia o gozo como gozo do Um, anterior à linguagem, o gozo não está no Outro, ele está lá, ele existe. Essa inversão estabelece dois paradigmas<sup>10</sup> na relação do gozo com a linguagem: a mortificação do gozo pelo significante e vivificação do gozo pelo significante. No primeiro, o significante mortifica o gozo pois lhe impõe uma perda: ao entrar na cadeia significante o gozo perderia sua força pulsional. No segundo, o significante vivifica o gozo:

A tese da vivificação se caracteriza por uma inversão de perspectiva onde o significante que antes mortificava o gozo agora o vivifica. Esta perspectiva começa a ser esboçada no Seminário 17, quando Lacan mostra que a satisfação pulsional se estende aos objetos da cultura, e se apresenta mais claramente no Seminário 20 quando Lacan formula que o significante “é causa de gozo”, tese que terá repercussão na teoria do *sinthoma* (Machado, 2005-2006, p. 3).

Nesse paradigma, o gozo, antes secundário na teorização lacaniana, troca de posição em relação à linguagem e sua estrutura. O gozo torna-se gozo do Um, disjunto do

---

<sup>10</sup> Miller apresenta seis paradigmas do gozo em Lacan. No entanto, trabalhamos aqui com a proposta de Machado (2005-2006) de resumi-los em apenas dois.

Outro. Tal formulação é correlata ao axioma “a relação sexual não existe”, ou seja, o gozo está relacionado unicamente ao corpo vivo. De acordo com Guerra (2007), “trata-se de um paradigma orientado pela disjunção e, em sua radicalidade, pela não-relação” (p. 96), sendo que, os termos Nome-do-pai, Outro e falo aparecem como conectores dos elementos disjuntos. Nesse sentido, pode-se compreender a afirmação de que, no último ensino, o Nome-do-pai pluraliza-se nas versões do Pai que tentam dar conta da conexão entre significante e significado, gozo e Outro, homem e mulher. Aqui, o Nome do Pai equivale ao *sinthoma*, ou seja, ao modo particular de cada sujeito inventar sua própria maneira de se conectar ao mundo. Passaremos a considerar o efeito de tais formulações no campo das psicoses.

#### 4.3) Joyce, o *sinthoma* – paradigma da segunda clínica lacaniana.

Lacan dedica o *Seminário 23 – O Sinthoma* a análise do uso que James Joyce faz de sua arte como suplência à carência do pai. A arte de Joyce interessa a Lacan na medida em que ele a vê como um modo singular do artista de atingir, tocar o real. Será a partir do caso Joyce que Lacan abordará o quarto termo que completa o nó do imaginário, do simbólico e do real. Temos, nesse Seminário, o desenvolvimento do conceito de *sinthoma* como quarto aro enquanto uma versão em direção ao pai ou, melhor dizendo, nesse momento do ensino lacaniano, o pai é um *sinthoma* (Lacan, 1975-76/2007). Desse modo, James Joyce, considerado um caso de psicose não desencadeada, torna-se o paradigma da constituição do sujeito para além da referência ao Nome-do-pai como significante.

De acordo com Lacan, no nó de três aros, os círculos são equivalentes de forma que Real, Simbólico e Imaginário estejam em continuidade. Dessa forma, para pensar o nó como suporte do sujeito ele interroga:

Mas para que alguma coisa, que é preciso dizer que seja da ordem do sujeito – uma vez que o sujeito é apenas suposto -, encontre-se, em suma, sustentada no nó de três, será que basta que o nó de três se enode, ele mesmo, borromeamente a três? Minha questão incidia justamente neste ponto (Lacan, 1975-76/2007, p. 49).

Mais adiante ele responde: “com efeito, parece que, para atingirmos a cadeia borromeana, o mínimo é essa relação de 1 com 3 outros” (Idem, p. 50). E acrescenta:

Assim, partiremos do seguinte: é sempre em três suportes, que nesse caso chamaremos subjetivos, isto é, pessoais, que um quarto vai se apoiar. Se vocês se lembrarem do modo como que introduzi esse quarto elemento em relação aos três elementos, cada um deles supostamente constituindo alguma coisa de pessoal, o quarto será o que enuncio este ano como o *sinthoma* (Idem, p. 50).

Logo o que marcaria a diferença entre as três consistências seria a introdução do quarto aro, ou seja, do *sinthoma*. Este se torna, portanto, o ponto de amarração do sujeito enquanto tal, isto é, na medida em que há lapso no nó, ou não, é necessário o quarto elo para manter juntos real, simbólico e imaginário. Na conferência intitulada *Joyce, o sintoma*, Lacan (1975/2007) diz que o pai seria esse quarto elemento, e o que Joyce testemunha é outra forma de chamá-lo, a saber, de *sinthoma*.

Nesse sentido, o caso de Joyce é considerado por Lacan como respondendo a um modo de suprir um desenodamento, já que seu desejo de ser um artista seria uma compensação pelo fato de seu pai jamais ter sido um pai para ele. O pai de Joyce é visto por ele como um pai indigno, radicalmente carente que, para subsistir, deve ser sustentado por sua arte. Isto é o que faz com que Joyce valorize o nome que lhe é próprio à custa do pai. Lacan (1975-76/2007) acentua:

Não há nisso alguma coisa como uma compensação dessa demissão paterna, dessa *Verwerfung* de fato, no fato de Joyce ter se sentido imperiosamente *chamado*? Essa é a palavra que resulta de um monte de coisas que ele escreveu. É a mola própria pela qual o nome próprio é, nele, alguma coisa estranha (p. 86).

De acordo com Guerra (2008), essa *Verwerfung* de fato se distingue da *Verwerfung* de direito que se realiza no caso de Schereber na medida em que a *Verwerfung* de direito estaria correlacionada à escrita do significante Nome-do-pai no campo do Outro enquanto a *Verwerfung* de fato diria respeito a uma demissão do pai de sua função. Deste modo, será sobre a *Verwerfung* de fato, no dito do pai, que Joyce construirá seu nome, sua pai-versão, permitindo-lhe outra amarração do nó, que não pelo Nome-do-pai mas, antes, pelo *sinthoma*.

Ainda no Seminário 23, Lacan questiona sobre o papel da escrita para Joyce. Ele desenvolve tal questão apontando que alguma coisa aconteceu com o escritor que fez com que seu ego tivesse um papel muito diferente daquele da maioria dos mortais. De acordo com Lacan, ao relatar ter sido espancado por alguns colegas, Joyce diz não ter guardado nenhum tipo de rancor em relação a eles, pois sentiu que, no episódio da surra, seu corpo se esvaiu como uma casca. Tal relato, segundo Lacan, testemunha a particular

relação de Joyce com seu corpo como imagem, ou seja, esse fato atesta a necessidade de Joyce em forjar para si um ego que corrija o erro no nó borromeano:

Eis exatamente o que se passa, e onde encarno o ego como corrigindo a relação faltante, ou seja, o que, no caso de Joyce, não enoda borromeaneamente o imaginário ao que faz cadeia com o real e o inconsciente. Por esse artifício de escrita, recompõe-se, por assim dizer, o nó borromeano (Lacan, 1975-76, p. 148).

Neste sentido, o ego de Joyce é seu *sinthoma*, assim como sua obra, seu nome e seu trabalho de desarticulação e invenção da língua. No entanto, Joyce não sabia que fazia o *sinthoma*. “Por isso, ele é um puro artífice, um homem de *savoir-faire*, o que é igualmente chamado de um artista” (Lacan, 1975-76/2007, p. 114). De acordo com Guerra (2008), tais formulações de Lacan acerca do erro e da reparação do nó de quatro nos permitem realizar uma aproximação do nó à clínica na experiência analítica: “É daí que nossos recursos clínicos com a psicose podem ser favorecidos por esta abordagem topológica das soluções a partir de Joyce” (p. 400). Trata-se, portanto, de localizar aquilo que, para cada sujeito, faz função *sinthomática*. E aqui já não importa tanto se se trata de um sujeito psicótico ou não.

#### 4.4) A estabilização da psicose e a invenção do *sinthoma*.

Se, a invenção *sinthomática* permite a criação de uma resposta singular do sujeito no encontro com o traumático, nem sempre ela será possível. No entanto, mesmo que não seja forjado um *sinthoma* é possível pensarmos na estabilização numa psicose (Guerra *et al.*, 2008).



Após alguns meses em atendimento, Julia volta a andar e suas crises se tornam mais esporádicas. Atualmente, ela oscila entre momentos de maior estabilidade e outros mais tumultuados. Destacaremos dois recursos utilizados com Julia para pensarmos a estabilização de sua psicose.

O primeiro recurso utilizado com Julia foi o teatro do qual ela gosta muito. Assim, quando Julia ainda permanecia sem andar, propusemos uma peça em que ela seria uma bailarina. Julia aceitou e durante os ensaios e apresentações que fazíamos pelo CAPSi, ela ficava de pé e rodopiava como uma bailarina para depois, quando acabava a apresentação, ficar novamente no chão sem andar. Durante os 03 anos de acompanhamento de Julia, propomos-lhe, inúmeras vezes, brincar de teatro. Entre montagens e desmontagens de peças teatrais, Julia consegue certa estabilidade. Podemos supor que a identificação imaginária com a personagem bailarina pôde restituir a imagem do copo que cai quando a psicose de Julia é desencadeada. Assim, se, como afirma Miller (2009), quando o enlace dos três registros não se mantém, o corpo, aos solavancos, segue seu caminho tal como “o momento fugidio em que Joyce experimenta a estranheza de seu corpo como deixado cair, como se fosse uma casca” (p.82), torna-se importante a utilização de um recurso que possa restabelecer a relação do sujeito com o próprio corpo como imagem.

Outro recurso importante foi a proposta de estabelecimento de “contratos” entre Julia e a mãe. Em diversos momentos, Julia apresentava-se bastante ansiosa e agitada solicitando que a mãe cumprisse aquilo que lhe prometia, demonstrando não acreditar em sua palavra. Em contrapartida, a mãe de Julia também se queixava que a filha não lhe obedecia. Diante disso, sugerimos que as duas passassem a estabelecer contratos, por escrito, descrevendo o que cada uma teria que cumprir e que os assinassem junto a testemunhas. Esta estratégia permitiu, a nosso ver, fazer operar uma modalidade de

apaziguamento do gozo do Outro, na medida, em que tanto a palavra escrita como as testemunhas puderam sustentar o discurso como laço.

Como dissemos, podemos pensar que tanto o teatro quanto os contratos permitiram uma estabilização, ou melhor, uma forma de apaziguamento das crises psicóticas. No entanto, nem toda estabilização ou solução permite que seja forjado um *sinthoma*:

O que caracterizaria a nosso ver a invenção *sinthomática* seria a invenção de um quarto termo, de um elemento a mais, introduzido artificialmente, e que suplencia o erro do nó em questão. Seria portanto, a invenção de uma ferramenta singular que operaria como nó, evitando o desenlaçamento dos três registros. Ela manteria atados, como quarto elemento, estes registros (Guerra et al., 2008, p. 290).

No caso de Julia, embora possamos falar em estabilização, não temos a construção ou invenção de um *sinthoma*, ou seja, de uma suplência à fragilidade de sua amarração. O que podemos apreender dessa experiência singular é que a clínica psicanalítica, a partir das soluções borromeanas, demanda uma clínica em ato que exige o aprendizado de uma certa maneira de lidar com o gozo que resta inalisável (Guerra, 2008).

#### 4.5) As psicoses ordinárias ou, para uma clínica borromeana das psicoses.

As formulações do último ensino laciano trouxeram a seus sucessores uma importante contribuição à reformulação da clínica das psicoses na contemporaneidade. Nesse contexto, destacamos as elaborações de Jacques Allain Miller e dos psicanalistas associados ao Campo Freudiano acerca de casos raros e inclassificáveis, em três conversações realizadas entre os anos 1996 e 1998. Dentre as elaborações, destaca-se a

concepção das psicoses ordinárias. Miller (2010) aponta que, embora a psicose ordinária não seja uma categoria de Lacan, é uma categoria clínica lacaniana extraída de seu último ensino. Antes de realizarmos sua discussão, propomos retomar, junto com Skriabine (2009), alguns conceitos de base da topologia lacaniana que permitiram a elaboração da noção de psicose ordinária. Vejamos:

- 1) Como o Outro não existe, a experiência humana se funda nas três categorias da experiência analítica: real, simbólico e imaginário – três registros heterogêneos que não têm nada em comum;
- 2) Para sustentar-se na realidade humana e estabelecer um laço social, o sujeito precisa sustentar esses três registros juntos;
- 3) Assim, o ser falante e o sujeito, que se produzem como proteção ante o real, precisam fazer consistir uma realidade – véu tecido de imaginário e simbólico que serve para recobrir o real;
- 4) A função do Nome-do-pai é sustentar junto, para cada sujeito, um por um, o real, o simbólico e o imaginário, para permitir-lhe fazer consistir uma realidade e desenvolver o laço social no campo dos discursos;
- 5) O Outro não existindo, não há última garantia. Não há o Nome-do-pai, a menos que cada sujeito o coloque nesse lugar.
- 6) Deste modo, há estruturalmente a forclusão do Nome-do-pai. Ou seja, a forclusão é regra:

“Todos débeis”, a debilidade é generalizada, o que introduz a clínica universal do delírio. Quer dizer também que a psicose é nosso estatuto originário, nosso estatuto “original”, se posso dizer. Isso é menos reconfortante que o mito freudiano do Pai (Skriabine, 2009, p. 3)

A partir das discussões de alguns casos considerados raros e inclassificáveis, os analistas do Campo Freudiano perceberam que tais casos eram mais frequentes do que aqueles que se apresentavam de forma clássica, ou seja, um grande número de casos de psicose era mais modesto do que Schreber. O termo “psicose ordinária” surgiu somente em 1998, na Convenção de Antibes, para nomear esses casos cuja psicose se apresenta de forma suplementada, não desencadeada, ou seja, *sinthomatizada* como a psicose joyceana (Miller, 2003).

De acordo com Miller (2003), a concepção das psicoses ordinárias aloja-se no ponto de vista continuísta, isto é, naquele que permite perceber uma continuidade entre a psicose e a neurose como duas saídas diferentes a mesma dificuldade de ser. Miller (2010) aponta, ainda, que sentiu a necessidade de criar o sintagma “psicose ordinária” para driblar a rigidez de uma clínica binária: neurose ou psicose, “ou isso ou aquilo”.

Assim, Miller (2003) afirma que a psicose ordinária é correlata da época em que o Outro não existe, ou seja, o delírio generalizado corresponde à inexistência da relação sexual, sendo o axioma lacaniano “todos são loucos” representativo desse ponto de vista. Nesse sentido, todos são loucos, pois todos deliram um sentido:

Essa generalização da psicose significa que não existe na verdade o Nome-do-Pai. Ele não existe. O Nome-do-Pai é um predicado, sempre é um predicado. Sempre é um elemento específico entre outros que, para um determinado sujeito, funciona como Nome-do-Pai. Ao dizerem isso vocês apagam a diferença entre neurose e psicose. É uma perspectiva consoante com “Todo mundo é louco”, com “Todo mundo delira à sua maneira” (Miller, 2010, p. 20).

Como isso lhe pareceu irrefutável, Alice tentou uma outra pergunta. “Que espécie de gente vive por aqui?”

“Naquela direção”, explicou o Gato, acenando com a pata direita, “vive um Chapeleiro; e naquela direção”, acenando com a outra pata, “vive uma Lebre de Março. Visite qual deles quiser: os dois são loucos.”

“Mas não quero me meter com gente louca”, Alice observou.

“Oh! É inevitável”, disse o Gato; “somos todos loucos aqui. Eu sou louco. Você é louca.” (Carrol, 2002, p. 63).

Se a forclusão se coloca para todo ser falante, torna-se importante estabelecer algumas diferenças. O neurótico responde à forclusão via função do Nome-do-pai e o psicótico pelo “não” ao pai. O neurótico faz o Outro existir, dando a ele consistência, já o psicótico não crê no Outro (Cortês, 2010). O neurótico crê no sentido compartilhado, enquanto o psicótico inventa um delírio singular. Se, como diz o Gato à Alice, inevitavelmente, somos todos loucos aqui, resta saber o que, para cada sujeito, faz a função de sustentar juntos os três registros da experiência. Ficamos, dessa maneira, no campo da clínica borromeana e do sinthoma, na clínica do singular.

## V – AQUI, ALICE ENCONTRA JULIA: O ESPELHO EM ESTILHAÇOS, UM CORPO DEIXADO CAIR.

Como dissemos, nossas aventuras iniciam-se num encontro com o traumático, com o inusitado, o impossível. Assim como Alice, atiramo-nos pela toca atrás do coelho, e nossas aventuras são repletas de encontros com criaturas estranhas. Lagartas fumando narguilé desdenham de nós: “*Você. Quem é você?*” Cabeças são cortadas. Apressamo-nos para voltar pra casa, mas o caminho é longo e tortuoso. Tentemos retomá-lo.

*Haveria alguma especificidade na psicose apresentada por Julia?* Primeira questão perdida pelo caminho e que agora nos retorna. Sim, há sim uma especificidade encarnada no corpo de Julia que não cessa de despencar. O corpo, mas o que é o corpo? No final de seu ensino, Lacan (1975-76/2007) diz: “o falasser adora seu corpo, porque crê que o tem. Na realidade, ele não o tem, mas seu corpo é sua única consistência, consistência mental, é claro, pois seu corpo sai fora a todo instante” (p. 64). Em 1914, Freud já havia definido o narcisismo como o amor pela imagem que temos de nosso corpo. O eu nada mais é do que nosso amor pelo corpo como imagem, nossa única consistência mental. E, se Julia despenca em seu corpo, o que nos revela? Que não há consistência, não há continuidade, o espelho está definitivamente estilhaçado. O imaginário - na forma do corpo – cai fora a todo instante, desenlaça-se.

No Seminário 23, Lacan apresenta a noção de ego como a ideia que alguém tem de si como corpo (Mandil, 2008). E se, nesse mesmo seminário, ele afirma que Joyce, por intermédio de sua obra, escreve seu ego dando consistência ao seu corpo, nós nos perguntamos: o que se passa com Julia? Na impossibilidade de dar consistência ao seu corpo, de mantê-lo de pé, Júlia deixa cair a ideia que tem de si e, embora, esforce-se bastante, não consegue mais parecer-se com outras crianças. O desencadeamento de sua

psicose é marcado, portanto, pela queda do ego como a imagem que tem de seu corpo. O que cai é seu corpo-ego. Julia perde os contornos e tem que ser contida fisicamente, ameaçando sumir, esvair-se de si mesma definitivamente. Em *Alice*, também podemos identificar a perda da ideia de si mediante os fenômenos corporais de encolher e esticar:

“Que sensação estranha!” disse Alice; “devo estar encolhendo como um telescópio!”

E estava mesmo: agora só tinha vinte e cinco centímetros de altura e seu rosto se iluminou à ideia de que chegara ao tamanho certo para passar pela portinha e chegar àquele jardim encantador. Primeiro, no entanto, esperou por alguns minutos para ver se ia encolher ainda mais: a ideia a deixou um pouco nervosa; “pois isso poderia acabar”, disse Alice consigo mesma, “me fazendo sumir completamente, como uma vela. Nesse caso, como eu seria?” E tentou imaginar como é a chama da uma vela depois que a vela se apaga, pois não conseguia se lembrar de jamais ter visto tal coisa (Carrol, 2002, p.17).

A ideia de sumir completamente pode ser entendida como a queda do registro imaginário, restando à Alice o inimaginável de uma chama de vela depois que ela se apaga. O encolhe-estica de Alice pode ser visto como o desprendimento do imaginário sob a forma da imagem do corpo e, como acentua, Lacan (1975-76/2007) do próprio ego.

Alice apanhou o leque as e as luvas, e, como fazia muito calor no salão, ficou se abanando sem parar enquanto falava: “Ai, ai! Como tudo está esquisito hoje! E ontem as coisas aconteciam como de costume. Será que fui trocada durante a noite? Deixe-me pensar: eu *era* a mesma quando me levantei esta manhã? Tenho

uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas, se não sou a mesma, a próxima pergunta é: 'Afinal de contas quem sou eu?' Ah, este é o grande enigma" E começou a pensar em todas as crianças da sua idade que conhecia, para ver se poderia ter sido trocada por alguma delas (Carrol, 2002, p. 21).

Alice "sabe" que poderia ser qualquer uma das crianças que conhece, pois para que a consistência imaginária do eu (campo das identificações) se mantenha é necessária a amarração dos registros. Então se, como estamos supondo, no conto Alice, podemos ver a queda do imaginário, também podemos crer que o simbólico se desamarra sob a forma da ausência de sentido, restando o encontro com o real fora de sentido. Em Julia também ficamos com o real fora de sentido. O imaginário e o simbólico desarticulados não fazem frente à letalidade da pulsão e do gozo.

Outra especificidade presente na psicose, apresentada por Julia, refere-se ao tempo em que essa psicose é desencadeada. Se, como dissemos, o sujeito se constitui em tempos, o fator temporal não deve ser ignorado quando propomos pensar o sujeito na psicose. Ou seja, se a psicose apresentada por Julia diferencia-se das psicoses infantis e da psicose desencadeada na vida adulta, certamente, devemos considerar o fator temporal na constituição do sujeito na psicose. Com Julia, podemos supor que sua identificação com o falo materno lhe possibilitou a construção, ainda que precária, do registro imaginário, o que diferencia seu quadro das psicoses mais precoces nas quais nem sempre há tal construção. Por outro lado, pela impossibilidade de atravessar outros tempos, Julia não pôde construir uma metáfora delirante (como Schreber) ou um sintoma (como Joyce). Nesse ponto, podemos inferir que o tempo de desencadeamento de uma psicose torna-se crucial para a construção e articulação dos três registros.



Essa elaboração nos faz acreditar que a psicose desencadeada no tempo da infância produz efeitos no processo definitivo da constituição do sujeito. Aqui, retornamos à questão colocada anteriormente: *como se daria o processo de constituição subjetiva de Julia?* O que pudemos elaborar até o momento é que Julia pode construir minimamente os três registros e que esses puderam se enlaçar ainda que precariamente graças a sua *versãozinha* do pai. Mas, se a eclosão de sua psicose nos revela a precariedade dessa amarração também nos aponta para a dissolução do ego sob a imagem de seu corpo. O que isso, juntamente com as elaborações que fizemos até o momento, nos permite concluir sobre a constituição do sujeito numa psicose desencadeada na infância?

## **VI – ENFIM... ENTRE TRAUMAS, ARREMEDOS E REMENDOS, CONSTITUI-SE UM SUJEITO.**

Vimos que o sujeito, em Freud e em Lacan, é o sujeito do inconsciente e do desejo e, mais além, o sujeito da pulsão e do gozo. Vimos, mais ainda, que o sujeito, em Lacan, é o próprio corpo. O sujeito, no avesso de Lacan, “é pensado a partir do real, do simbólico e do imaginário, como sendo essas três consistências” (Miller, 2009, p. 110). Em nosso percurso, partimos do campo da linguagem e do desejo e passamos para o campo do gozo impossível, desregrado. A relação sexual não existe e o gozo feminino é um enigma. A mulher não existindo, inventa-se uma mulher. Saímos do universal do Édipo e chegamos ao singular do saber fazer com a impossibilidade da relação entre os sexos.

Verificamos ainda que, se todos são loucos, pois todos deliram à sua maneira, resta ao ser falante fazer consistir uma realidade para si, referenciada ou não pelo Nome-do-pai. Nessa perspectiva, a psicose é nosso estatuto originário (Skriabine, 2009) e James Joyce torna-se o paradigma da constituição do sujeito para além da referência ao Nome-do-pai e, portanto, ao Édipo.

Isso nos permite concluir, mais uma vez, que pensar a singularidade do sujeito na psicose exige que, para além da ausência – presença do significante Nome-do-pai, temos que pensar na função do pai que cada homem exerce junto a uma mulher. Ou seja, só temos que concordar com a afirmação de Lacan (1975-76/2007) de que podemos prescindir do Nome-do-pai com a condição de nos servirmos dele. Nesse sentido, destacamos a citação de Ferrer (2005-2006):

Prescindir do pai na condição de servir-se dele, fazer um uso distinto do edípico, é a condição possível, creio, para um encontro entre o homem e a mulher, desta vez sob a égide da sexualidade feminina, nada épica, nem sublime, nem moralista, e sem garantia de que nela se ache outra pèr(e)-version ou simplesmente que a pulsão encontre outro destino, que Freud deixou incompleto (p. 5).

Assim, adotando finalmente uma posição feminina, podemos avançar do campo *das* psicoses para o campo *de uma* psicose, isto é, da psicose como estrutura para a psicose tomada uma a uma, o que nos permite concluir que é necessário um olhar de outra perspectiva, quando propomos pensar a questão do sujeito numa psicose. Podemos verificar ainda que utilizar a topologia do nó borremano para pensar a constituição do sujeito nos permite apreender o singular de cada caso.

Nessa perspectiva, consideramos que, se a *versãozinha* do pai pôde sustentar minimamente Julia, a construção de uma frágil imagem de si também parece nos indicar que a psicose desencadeada na infância tem como especificidade a amarração precária dos três registros que dão suporte ao sujeito. Temos, assim, um sujeito frágil, enroscado. Julia, pequena menina, com frágeis remendos que ora lhe permitem manter-se de pé, ora se descolam deixando-o em queda livre, à mercê de um outro que possa lhe amarrar na carne e no corpo aquilo que se desata.

Sua pequena versão do pai e a frágil imagem que tem de si não puderam sustentar Julia por um tempo necessário. Assim como Alice, Julia brigou com o tempo, perdeu-se de si mesma. Pela impossibilidade da alternância ausência-presença, Julia não pôde passar de um tempo ao outro, ficando enroscada nos ponteiros do relógio e nos tempos de constituição do sujeito.

Flesler (2010) afirma que, se não houver jogo ausência- presença e o objeto funcionar apenas como um tampão, cada registro funcionará precariamente: no registro Imaginário, a identificação com a imagem parece se tornar idêntica ao ser, no Simbólico, o significante, ao invés de representar o sujeito para outro significante, representará algo para alguém sendo puro signo e, finalmente, no Real, faz-se presente um gozo pulsional ininterrupto que busca extinguir-se até a última gota. Vimos que Julia faz-se parecer com os outros que conhece, no entanto, é somente cópia, não consegue jogar com a imagem como uma representação, sua imagem é idêntica ao seu ser. Nesse sentido, concluímos que Julia cria para si, um arremedo de ego. No dicionário Aurélio, encontramos a seguinte definição para o substantivo arremedo: cópia ou imitação grosseira. Temos, portanto, um arremedo de ego, que despenca de si quando a psicose é desencadeada.

Ainda seguindo a trilha do dicionário, destacamos o termo *remendo*, derivado de remendar que significa “retificar, consertar, emendar: remendar os erros de um escrito”. A versãozinha do pai funciona como um remendo que possibilita uma amarraçãozinha dos registros que dão suporte ao sujeito. O que diferencia a psicose desencadeada na infância das psicoses mais precoces e das mais tardias? Podemos, enfim, concluir que há a constituição de um arremedo de ego, sustentado por um frágil remendo que possibilita a amarração capenga dos registros.

Estamos no campo da fragilidade imaginária e simbólica que se tornou evidenciada pelo desencadeamento da psicose que colocou Julia e nós face a face com o real traumático. Júlia só pôde testemunhar esse encontro com o trauma na própria carne com mordidas, socos e quedas, ou seja, por meio do gozo do corpo, fora da linguagem. Nós só pudemos escrevê-lo através de Alice que se desconcerta e se desorienta no encontro

com as esquisitices do país das maravilhas. Estamos também no campo da violência da pulsão de morte, do gozo e do real.

Dessa forma, afirmamos que pensar a constituição do sujeito exige considerar que “o sujeito do qual se ocupa o analista não é somente aquele produzido no intervalo significante, o sujeito do Simbólico, da palavra; ele é também o sujeito do Real, da pulsão e dos gozos; e o sujeito do Imaginário, do corpo e do narcisismo” (Flesler, 2008, p. 179). É necessário ainda acentuar que, como vimos, tal sujeito se constitui em tempos.

Diante disso, podemos concluir que, no campo de uma psicose desencadeada no tempo da infância, temos a constituição de um sujeito frágil, remendado que se sustenta numa espécie de arremedo de ego, cuja queda o lança em confronto com o gozo traumático. Pelo menos, é o que podemos concluir sobre a psicose apresentada por Julia.

Tais conclusões só puderam ser inventadas por termos, em algum momento, aceitado despencar no precipício e aventurar-nos por um caminho que mal conhecíamos. Só pudemos chegar a algum lugar, se é que chegamos, por termos, finalmente compreendido que pensar o que há de singular em cada sujeito exige perder-se de si mesmo.

## VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Acorde, Alice querida!” disse sua irmã. “Mas que sono comprido você dormiu!”

“Ah, tive um sonho tão curioso!” disse Alice, e contou à irmã, tanto quanto podia se lembrar delas, todas aquelas estranhas aventuras que tivera e que você acabou de ler; quando terminou, a irmã a beijou e disse: “Sem dúvida foi um sonho curioso, minha querida; agora vá correndo tomar o seu chá, está ficando tarde.”

Alice então se levantou e saiu correndo, pensando, enquanto corria o mais rápido que podia, que sonho maravilhoso tinha sido aquele”. (Carrol, 2002, p. 122)

Mas sua irmã continuou sentada quando ela partiu, a cabeça pousada na mão, contemplando o pôr-do-sol e pensando na pequena Alice e em todas aquelas suas aventuras maravilhosas, até que também ela começou de certo modo a sonhar, e este foi o seu sonho:

Primeiro, sonhou com a própria Alice, e mais uma vez as mãozinhas dela lhe apertavam o joelho, e os olhos brilhantes e impacientes olhavam os seus... podia ouvir até as entonações da voz dela, e ver aquele seu jeitinho de jogar a cabeça para afastar o cabelo desgarrado que sempre lhe caía nos olhos... e enquanto ouvia, ou parecia ouvir, o lugar inteiro à sua volta ganhou vida com as estranhas criaturas do sonho da irmã (Carrol, 2002, p. 122).

O sonho de Alice não termina quando ela acorda, seu sonho é continuado pela irmã. Nosso sonho ou delírio não termina por aqui. Miller (2009) diz que o derradeiro ensino de Lacan se desdobra em um espaço em que não há o despertar, no qual o despertar é impensável e o “fato de não haver despertar significa que, por todo um aspecto, não saímos do sonho. E talvez seja precisamente isso o risível. Essa é a nova ênfase de Lacan: a vida é cômica” (p.188). Concordamos com tal afirmação, já que, para nós, o

sonho continua e, longe de chegarmos a um final, estamos cientes de que só recomeçamos de um ponto do círculo no qual estamos sempre girando.

Se encontrar as formulações do segundo ensino de Lacan, permitiu-nos afirmar que, para abordar o sujeito na psicose, é preciso uma inversão de perspectiva, temos clareza de que é necessário aprofundarmos nosso estudo sobre a constituição de cada um dos registros como suporte do sujeito nas psicoses da infância. No entanto, esta é uma aventura que só poderá ser vivida noutro país, noutro lugar, noutro tempo. Pois, assim como Julia e Alice, também brigamos com o tempo do relógio.

Tudo que aqui se esboça é, portanto, apenas um ponto. Outros pontos virão e sempre mais e, talvez, jamais chegemos a um lugar seguro sem Rainhas condenando seus pobres convidados à execução. Encontros inesperados sempre nos lançarão em queda livre. Tenhamos coragem para continuarmos arriscando nossas cabeças em tais quedas e não nos esqueçamos de que este é o lado cômico da vida. Essa comédia “se deve à inutilidade de girar em círculos”, acrescenta Miller (2009).

O que vem depois do “... para sempre”? Um ponto final. Mas então não termina. É um novo começo. Uma nova perspectiva de entender o mundo. E eu que tinha tantos pontos finais mas os escondia. Agora me vejo obrigado a enfrentá-los. Como agir nessa nova perspectiva de que com o ponto final nada termina, é só um novo começo? (*Dave Bucks – Uma nova perspectiva*)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BERNARDINO, L.M.F. (2004). *As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BRAUNSTEIN, N. (2007). *Gozo*. São Paulo: Escuta.
- CAMARGO, L. F. E. (s/d). Sujeito do desejo, sujeito do gozo e falasser. In: *Opção Lacaniana Online*.
- CABAS, A. G. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CARROL, L. (2002). *Alice: edição comentada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CARVALHO, F. Z. F. (2001). O traumático, o ficcional e o real. In: *Oficina nº 14*. Revista da FCH-FUMEC, fevereiro.
- CORTÊS, C. A. (2010). *A psicose como escolha de uma posição subjetiva: da “escolha da neurose” em Freud à estrutura e os modos de gozo em Lacan*. (Dissertação de Mestrado). PUC Minas Gerais.
- ELIA, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: Alberti, S. Elia, L. (org.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- FÉRRER, T. (2005-2006). Édipo Deus. In: *aSephalus*. Revista eletrônica do Núcleo Sephora. Novembro a Abril.
- FLESLER, A. (2008). Os tempos do sujeito (entrevista). In: *Da infância à adolescência: os tempos do sujeito*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, n.35, p. 178-192, jul/dez.
- \_\_\_\_\_. (2010). *El niño en análisis y el lugar de los padres*. Buenos Aires: Paidós.



- FINK, B. (1998). *O sujeito lacaniano; entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FREUD, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. In: *Obras completas de Sigmund Freud* (23 v.), V.18. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho Original publicado em 1923)
- \_\_\_\_\_. (2004). Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, L. A., trad., Vol. 1, p. 63-77). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho Original publicado em 1911)
- \_\_\_\_\_. (2004). Pulsões e Destinos da Pulsão. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, L. A., trad., Vol. 1, p. 133-173). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho Original publicado em 1915)
- \_\_\_\_\_. (2006). O inconsciente. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, L. A., trad., Vol. 2, p. 13-75). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho Original publicado em 1915)
- \_\_\_\_\_. (2006). Além do Princípio de Prazer. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, L. A., trad., Vol. 2, p. 123-198). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho Original publicado em 1920)
- FORTES, I. (2004). O sofrimento na cultura atual: hedonismo versus alteridade. In: Peixoto Jr. C, A. (org). *Formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 69-93.
- GARCIA-ROZA. (2004). *O mal radical em Freud*. 5ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- GUERRA, A. M. C. (2007). *A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2008). A clínica psicanalítica das soluções borromeanas a partir de James Joyce. In: *Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, v. 40.2, p. 377-405.
- GUERRA, A. M. C.; FIGUEIREDO, A.C.; BORÇATO, L. L.; SOUZA, P. V.; ANDRADA, C. S. (2008) Sujeito e invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses. In: *Ágora*. Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 283-297, jul/dez.
- GUERRA, A. M. C. (2010). *A psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HANS, L. A. (2006). Notas. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, L. A., trad., Vol. 2, p. 183-198). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- HARARI, A. (2006). *Clínica lacaniana da psicose: de Clérambault à inconsistência do Outro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- HARARI, R. (2002). *Como se chama James Joyce? A partir do seminário Le Sinthome de J. Lacan*. Salvador, BA: Álgama; Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- JERUSALINSKY, A. (2008). As estruturas clínicas na infância. In: *Da infância à adolescência: os tempos do sujeito*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, n.35, p. 126-142, jul/dez.
- JULIEN, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- LACAN, J. (1985). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar.  
(Trabalho original publicado em 1972-1973)

\_\_\_\_\_ (1988). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.  
(Trabalho original publicado em 1955-1956)

\_\_\_\_\_ (1998). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos* (Ribeiro, V., trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1945).

\_\_\_\_\_. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos* (Ribeiro, V., trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957).

\_\_\_\_\_. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos* (Ribeiro, V., trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1958).

\_\_\_\_\_. A ciência e a verdade. In: *Escritos* (Ribeiro, V., trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1965-66).

\_\_\_\_\_ (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)

\_\_\_\_\_ (2007). *O Seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.  
(Trabalho original publicado em 1975-76)

\_\_\_\_\_ (1974/75). *R.S.I. O Seminário*. (inédito)

LACET, C. (2004). Da forclusão do Nome-do-Pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. In: *Psicologia USP*, 15 (1/2), p. 243-262.

LEITE, M. P. S. (s/d). *A teoria dos gozos em Lacan*. Disponível em:  
[http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id\\_articulo=750](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=750)

MACHADO, O. M. R. (2003). A segunda clínica lacaniana e o campo da saúde mental.  
In: *Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, v. 35.

\_\_\_\_\_. (2005-2006). A clínica do sinthoma e o sujeito contemporâneo.  
In: *aSephallus*. Revista Eletrônica do Núcleo Sephora. Ano 1, nº 01, novembro-abril.

MARCELLI, D. (1998). *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra*. Porto Alegre: Artmed.

MEDEIROS, M. S. e MARIOTTO, R. M. M. (2006). O tempo da constituição do sujeito. In: BERNARDINO, L. M. F. (org.) *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo: Escuta.

MEZÊNCIO, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. In: *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v.10, n.15, p. 104-113.

MILLER, J-A. (1998). O osso de uma análise. In: *Agente – Revista de Psicanálise*. Bahia: Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise.

MILLER, J-A. et al. (2003). *La psicosis ordinária: la convención de Antibes*. Buenos Aires: Paidós.

MILLER, J-A. (2009). *Perspectivas do Seminário 23 de Lacan: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (2010). Efeito do retorno à psicose ordinária. In: *Opção Lacaniana* online nova série. Ano 1, nº 3, novembro.

- MRECH, L. M. (2009). Entre o tratar e o educar: o mesmo Sujeito? In: *Anais 7 – Colóquio do LEPSI IP/FE. USP.*
- NASIO, J. –D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- PETRI, R. (2008). *Psicanálise e infância: clínica com crianças.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud; São Paulo: Fapesp.
- QUINET, A. (2009). *Teoria e clínica da psicose.* 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SANTOS, T. C. (2006). *Sinthoma: corpo e laço social.* Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ.
- SILVA, R.F & SOUTO, S. (2010). *O sintoma na clínica do delírio generalizado.* Apresentação do XVIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano. Disponível em: <http://www.ebp.org.br/encontro2010/apresenta.html>
- SKRIABINE, P. (2009). A psicose ordinária do ponto de vista borromeano. In: *Latusa digital*, ano 06, nº 38, setembro.
- SOLER, C. (2009). De que modo o real comanda a verdade. In: *Stylus.* Rio de Janeiro, nº 19, p. 1-176, outubro.
- SOUZA, A. (2002). Prefácio à edição brasileira. In: HARARI, R. *Como se chama James Joyce? A partir do seminário Le Sinthome de J. Lacan.* Salvador, BA: Álgama; Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- VORCARO, A. (2004). *A criança na clínica psicanalítica.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

ZENONI, A. (2007). Versões do Pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. In: *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 15-26, junho.